

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
Departamento História e Filosofia

Maria Eunice Mendes Silva

Da “Democracia Revolucionária” À Democracia Liberal
“A Cidadania no contexto cabo-verdiano”

Licenciatura em Ensino de Filosofia

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
Departamento História e Filosofia

Maria Eunice Mendes Silva

Da “Democracia Revolucionária” À democracia Liberal
“A Cidadania no contexto cabo-verdiano”

“Trabalho Científico apresentado no I.S.E. para obtenção do grau de
Licenciatura em Ensino de Filosofia sob Orientação do Doutor Gabriel
Fernandes”

“O júri”

ÍNDICE

Introdução	4
I Capítulo	
DEMOCRACIA: QUADRO TEÓRICO CONCEPTUAL	7
1.1. Alguns conceitos básicos	7
1.2. A luta contra o colonialismo	17
1.3. A independência de Cabo Verde	19
1.4. A Constituição de 1980	20
1.5. A abertura política	21
II Capítulo	
Análise às condições do exercício da cidadania nos dois modelos democráticos	24
2.1. A vigência da LOPE	24
2.2. A aprovação e a aplicabilidade da primeira Constituição	26
2.3. O emergir de um novo sistema constitucional	29
III Capítulo	
As implicações concretas desses modelos democráticos, realçando modificações introduzidas na segunda Constituição e o seu efeito em relação à liberdade individual, ou seja, a subjectividade	43
3.1. Aplicação prática da LOPE	43
3.2. A Constituição de 1980	46
3.3. A transição política de 1990	52
Conclusão	59

INTRODUÇÃO

Com certeza, uma das maiores preocupações de todas as épocas históricas estavam direccionadas para a compreensão do Homem, ou seja, entendê-lo em todos os aspectos que dizem respeito ao seu existir. E nessa tentativa, ficou clara a necessidade da existência de normas que regulassem a conduta ou o comportamento do Homem. Essas normas acabariam por abarcar toda a comunidade formada por ele. Pois, tal comunidade só existe porque o Homem sente que precisa de estar em grupo, e isso é algo que faz parte da sua natureza, relacionar-se com os outros, e é como tal que assegura quer a realização dos seus próprios interesses, quer de interesses comuns como forma de garantir um bom relacionamento social. E uma das formas de garantia do mesmo encontra-se na política.

E, em relação a regimes políticos que já existiram e os que existem hoje, a Democracia aparece como sendo uma das práticas mais adequadas à normalização da vida em sociedade, ao exercício da cidadania e ao equilíbrio na correlação de forças.

Do campo político, podemos dizer que a política surge como resposta à dimensão relacional do Homem. E no que tange à Democracia podemos vê-la como sendo um mecanismo regulador dessa relação, onde o sufrágio universal directo é um componente fundamental da plena liberdade de expressão e organização política, visto que está ligado ao voto popular. Por isso, nesse tipo de regime parte-se do pressuposto que o Estado é criado para proteger a pessoa humana e não o contrário. Por outras palavras, o Estado civil deve ter como objectivo garantir a liberdade individual e o progresso socio-económico. Portanto, há que se ter em conta uma determinada norma, que é promulgada na Constituição e que serve de fundamento de um Estado. E como tal, deverá garantir que a pessoa humana seja tratada como um fim, pois, os indivíduos não existem para servir o Estado, antes pelo contrário. O que torna justificável a luta pela libertação do povo cabo-verdiano do regime colonial. Essa luta, originou um novo modelo político para a sociedade cabo-verdiana, que é a “Democracia Revolucionária”, com a implementação da primeira Constituição que instituiu um Estado Democrático em Cabo Verde, tendo como objectivo fundamental a defesa dos interesses das massas trabalhadoras e a construção da paz, progresso e felicidade para todos os cabo-verdianos. Com isso, Cabo Verde torna-se num país onde o povo é livre e independente. Mas, é de realçar que o discurso político vigente na altura enfatizava os seguintes aspectos: - a massa trabalhadora; - a hierarquização da sociedade, etc.

Mais tarde, no ano de 1990, surgiu um novo movimento político, que tinha como uma das preocupações a questão do pluripartidarismo, e consequentemente uma nova visão

democrática, ou seja, um novo modelo democrático. Sendo assim, vencendo o regime de partido único, deu-se a reforma do Estado e a reformulação da constituição da República de Cabo Verde, que foi inspirada na política liberal, por isso, mudou-se também o Discurso que veio a enfatizar os seguintes aspectos: - a valorização do indivíduo, ou seja, mudou-se o enfoque, agora é o cidadão como sendo livre e soberano nas suas decisões. O que significa que o Homem não deve sofrer represálias ou sanções se a sua opinião não agrada a terceiros, e isto deve-se precisamente ao facto do Homem ter direito à liberdade de expressão seja em que sítio for. Até porque ele já é livre por natureza, ou seja, o Homem já nasce como sendo um ser livre, mas precisa se organizar numa sociedade organizada para que a liberdade de um não ponha em causa a liberdade do outro.

A Constituição cabo-verdiana actual, se funda numa política liberal, deve manter essa base igualitária no tratamento destinado aos seus cidadãos. Pode-se então dizer que o Discurso voltado para o cidadão é um dos pilares que sustenta a política liberal, e em particular, a política liberal cabo-verdiana que deve sustentar a ideia de que o cidadão cabo-verdiano é livre no exercício das suas funções de ordem pública e privada

No âmbito deste trabalho pretendemos clarear o horizonte de inteligibilidade e o alcance desse “poder” que é atribuído ao povo, discutindo-o nos moldes da chamada “democracia revolucionária” adoptada em Cabo Verde entre 1975 e 1990 e a democracia liberal em vigor desde 1991. Realçando a questão da cidadania ou por outras palavras da pessoa humana, pode-se dizer, que a liberdade não pode seguir parâmetros diferentes aos inerentes à ela, e que não há nenhum benefício material capaz de substituir a liberdade, e quando se fala de liberdade está subjacente a questão da liberdade em todas as suas vertentes: a de expressão, a de escolha, enfim, do exercício pleno da cidadania.

Daí, a importância do tema para a actualidade, pois perante a adversidade e a complexidade do nosso tempo, torna-se necessário ao cidadão cabo-verdiano explorar recursos comunicativos e formativos que possam ajudá-lo a melhorar as suas condições sociais e materiais de existência e activamente participar na condução da vida em sociedade. Será que é garantida a liberdade do indivíduo no exercício da sua cidadania nos moldes do “Estado Revolucionário” e do Estado Liberal? Como se explica que num país democrático, onde o povo é soberano, capaz de pensar por si, a existência de um único partido político como candidato ao governo? O povo detinha essa soberania na participação dos assuntos de Estado? Será que o termo “cidadão” utilizado muitas vezes na Constituição da República tinha o mesmo significado na prática? Existe uma cidadania activa em Cabo Verde?

Serão estas algumas das reflexões que surgirão ao longo desta análise aos dois modelos democráticos. A partir dessas reflexões, o principal objectivo desse estudo é discutir, a partir do enfoque liberal e da chamada democracia revolucionária, implantada em Cabo Verde em 1975 e 1990, os mecanismos de gestão de monitoramento e de superação da tensão entre a subjectividade individual e a “subjectividade monumental” do Estado e/ou Partido. Em virtude disso, para desenvolver o tema “Da Democracia Revolucionária” à Democracia Liberal, para além da elaboração de um projecto de investigação que consideramos fundamental para a execução de um trabalho científico, recorreremos ao levantamento de dados bibliográficos e documentais disponíveis referentes ao tema em questão, com o intuito de melhor conhecer a dimensão teórica e empírica do tema em questão. Seguir-se-á uma leitura analítica dos documentos seleccionados e teremos ainda uma segunda parte dedicada à procedência da realização de duas entrevistas a duas pessoas que fazem parte do historial do sistema político cabo-verdiano.

Estruturamos o nosso trabalho em três partes: no primeiro capítulo apresentaremos um quadro teórico conceptual da democracia, com o intuito de termos um referencial teórico de base que nos permita analisar os dois modelos democráticos vigorados em Cabo Verde, se correspondiam àquilo que dita o ideal democrático.

Apresentaremos também uma breve síntese das mudanças políticas ocorridas em Cabo Verde, buscando fazer uma confrontação entre as duas realidades vivenciadas pelo povo cabo-verdiano com base no quadro teórico conceptual da democracia, reavendo assim a luta contra o colonialismo, a independência e a aprovação das duas Constituições; no segundo capítulo, iremos analisar as condições do exercício da cidadania nos dois modelos democráticos, analisando as normas institucionais que regulavam e regulam as duas práticas; no terceiro capítulo abordaremos as implicações concretas desses modelos democráticos, realçando as modificações introduzidas na segunda Constituição e o seu efeito em relação a liberdade individual, ou seja, a subjectividade, e, por último, a conclusão a que chegamos.

I CAPÍTULO

DEMOCRACIA: QUADRO TEÓRICO CONCEPTUAL

1.1. Alguns conceitos básicos:

Sendo que a literatura aponta os gregos como o primeiro povo a desenvolver uma estrutura política na qual qualquer cidadão livre teria poder de deliberar e participar das decisões, pode-se dizer que esse período se compõe numa fase pura do chamado governo do povo, entretanto, a sociedade grega estava dividida em três grupos: os cidadãos livres, os escravos e as mulheres. Os homens livres tinham voz e vez, e poderiam defender quaisquer direitos bem como contestar argumentos apresentados, sendo esse o direito de todo o cidadão grego, condição da qual estavam excluídos as mulheres e os escravos. Portanto, apesar de não haver o consentimento deliberado por parte das últimas camadas sociais gregas ou ser-lhes retirado esse direito participativo, a condição dos escravos e das mulheres cabia aos cidadãos livres manter ou deliberar. Naturalmente que aquilo que pode ser chamado de representatividade, no contexto da Grécia Antiga, não possui os mesmos elementos tais como são vistos na representação democrática moderna. E isso deve-se ao facto de que naturalmente, não é fácil, ao conjunto dos cidadãos, exercer o seu poder. Este facto explica que se tenha tornado necessário que esse poder fosse transferido à alguns indivíduos, que o exercem em nome da Nação. A nação traduz um conjunto de indivíduos fixados num território, podendo ou não exercer sobre ele a soberania, possuidores de uma tradição cultural comum e de uma vontade de viver em comunidade e que aspiram à realização conjunta de determinados fins.

Para que esses fins possam ser alcançados, a atribuição do poder deve ser feita por forma a que o principal objectivo seja a defesa da sociedade sendo que a eficácia de um regime político anda, normalmente associada às formas como é exercido o poder político. Segundo Bobbio «por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões colectivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados»¹, o que quer dizer que a formação de um Estado, cujo regime é designado democrático, este deverá estar subordinado a uma regra superior a ele próprio, isto porque a sua legitimidade só se impõe quando actua em conformidade com essa regra. E é precisamente por isso que em democracia, a autoridade fundamenta-se na colectividade, pois nela reside o poder político, na qual uma maioria popular determina quem assume o controlo do governo e da legislação, por isso, é que se torna necessário assegurar tanto quantitativa como qualitativamente a participação de maior número de pessoas, na vida pública.

Mas, para que essa delegação de poderes seja feita dentro dos trâmites democráticos é necessário «que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra»², porque caso contrário, o poder político se concentra nas mãos de um único indivíduo, ou num grupo restrito de indivíduos, que o utiliza em proveito próprio, e é nisto que reside a oposição fundamental dos regimes autocráticos aos regimes democráticos.

Assim sendo, na democracia representativa esse poder é exercido pelo conjunto de indivíduos que a Nação escolheu, através das eleições, e tendo eleito os seus representantes, a colectividade delega neles a sua autoridade soberana. Portanto, aqueles que recebem da colectividade a tarefa de executar o poder político deverão representá-la em todas e, perante ela, ser responsáveis. Estes factos exigem que nos regimes de democracia representativa o povo não só possa nomear periodicamente os seus representantes, como deva dispor de meios necessários ao cumprimento da sua vontade soberana, visto que segundo Bobbio, em democracia, esta deve ser considerada e caracterizada por um conjunto de regras fundamentais que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões e com quais procedimentos. Portanto, para que uma decisão tomada por determinados indivíduos possa ser considerada como sendo uma decisão que represente a colectividade, é preciso que esta seja

¹ BOBBIO, Norberto, *O FUTURO DA DEMOCRACIA- UMA DEFESA DAS REGRAS DO JOGO*, 6ª EDIÇÃO, ed. PAZ E TERRA, São Paulo, 1997, p.12.

² Idem, p.20.

tomada com base em regras que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos.

Com isso, no que diz respeito aos elementos fundamentais da democracia, de acordo com o que já foi dito, um desses elementos é o da maioria, ou seja, regra à base da qual são consideradas decisões colectivas e, desta feita, vinculatórias para todo o grupo.

Na democracia representativa, a Nação é então chamada a escolher através do sufrágio, os seus representantes, uma vez que é nela que reside todo o poder. Quando se fala em sufrágio universal é levado em consideração «um sistema eleitoral onde a ninguém é retirado o direito de voto em função da riqueza ou da capacidade»³. O que significa que a todas as pessoas que integram uma sociedade, com determinadas características como a maturidade, a sanidade de espírito e dignidade cívica, ficando assim excluídos os menores e os loucos, concedendo assim o direito de voto ao maior número possível de indivíduos, colocando à disposição de cada eleitor um número igual de votos, geralmente um único voto.

O direito ao voto faz com que consequentemente o sistema eleitoral de representação maioritária estabeleça que é eleito o candidato que obtiver o maior número de votos.

Tal facto, realça um dos aspectos elementares da democracia que é o aspecto substancial, cuja existência efectiva e não somente em tese da igualdade jurídica e política dos cidadãos, pressupõe a existência de um Estado, onde as actividades são fundamentalmente três: a função legislativa, através da qual o Estado cria as normas jurídicas de carácter geral e impessoal, isto é, a capacidade de acção estatal na implementação das políticas e na consecução das metas colectivas, estas acções referem-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade; a função administrativa ou executiva visa assegurar a gestão de certas colectividades territoriais ou de organismos públicos e, finalmente, a função judiciária que é exercida normalmente por magistrados que têm por missão aplicar as leis, dirimindo questões entre os cidadãos ou entre estes e o próprio Estado, pois o principal objectivo é assegurar o cumprimento da lei e aplicar sanções aos infractores. É fundamental que o Estado se torne mais flexível, capaz de descentralizar funções, transferir responsabilidades e alargar o universo de actores participantes, o que significa que a autonomia dos poderes legislativo e judiciário, pois, para ser de facto substancial, a democracia não pode permitir a prevalência do poder executivo sobre os outros e deve estar baseada em uma legislação que realmente atenda ao interesse da sociedade, mas precisa simultaneamente contar com um poder judiciário eficiente e capaz de

³ HENRIQUES, Victor, CABRITO, Belmiro Gil, *INTRODUÇÃO à POLÍTICA*, vol. I, Texto Editora, Lisboa, 1990, p.48.

resistir às pressões, de modo que qualquer cidadão possa obter a justiça. Entretanto, isto não significa que há uma separação absoluta entre os órgãos do Estado ou que as suas relações se limitam a um equilíbrio meramente mecânico de peso e contra peso, o que estaria em contradição com a unidade viva do Estado que não permite rupturas, nem interrupções e apenas uma distinção que deve ser ao mesmo tempo uma coordenação entre as diferentes espécies de actividades com vista ao fim comum. Dito por outras palavras, o aspecto substancial refere-se ao princípio da soberania popular e à efectiva participação na vida pública, ou seja, no exercício da cidadania, que exige uma cultura política na liberdade e na afirmação de um valor educativo e intrínseco da participação política na esfera pública, buscando uma boa sociedade em termos de democracia substantiva.

A cidadania é, segundo Turner, «um conjunto de práticas políticas, económicas, jurídicas e culturais que definem uma pessoa como membro competente da sociedade»⁴, ou seja, é uma forma de manter uma afirmação de igualdade entre os cidadãos, fazendo com que haja um equilíbrio de direitos e deveres dentro de certos limites. O que significa que a cidadania deve ser vista como uma actividade ou uma prática, e não como um simples status que o cidadão possui meramente num plano formal, acabando por se tornar passiva, pois ela não é um acessório, mas sim um valor em si mesmo.

Por isso, tal como Passerin defende, «a prática da cidadania depende de facto, da reactivação da esfera pública em que indivíduos podem agir colectivamente e se empenhar em deliberações comuns sobre todos os assuntos que afectam a comunidade política»⁵. E acrescenta ainda que é por isso que a prática da cidadania se torna essencial para a constituição da identidade política baseada em valores de solidariedade, autonomia e do reconhecimento da diferença, mas também para a obtenção da acção política efectiva, desde que habilite cada indivíduo, para ter algum impacto nas decisões que afectam o bem-estar da comunidade. E torna-se crucial para a expansão da opinião pública e para testar nossos julgamentos, representando nesse sentido um elemento essencial na constituição de uma vibrante e democrática cultura política.

Consequentemente, o dever de cada um é fazer com que ela esteja sempre presente nos seus actos, facilitando assim a convivência social e ao mesmo tempo o progresso na aproximação à consolidação da própria democracia. Assim, quando se fala no exercício da

⁴ VIEIRA, Liszt, *Os argonautas da cidadania - A sociedade civil na globalização*, Editora RECORD, Rio de Janeiro, 2001, p.35, apud, Janoski, 1998.

⁵ VIEIRA, Liszt, *Os argonautas da cidadania - A sociedade civil na globalização*, Editora RECORD, Rio de Janeiro, 2001, p.72, apud, Passerin d'Entrèves, 1992.

cidadania é porque se estabelecem vários direitos fundamentais das pessoas, como o direito de participar do governo e da administração pública, o direito de eleger e ser eleito e o direito de participar activamente de todas as actividades sociais. O que demonstra a importância do cidadão nesse tipo de regime, pois só se pode falar no exercício da cidadania a partir do momento em que estamos perante um cidadão que a exerça, assim, pode-se dizer que a cidadania é a qualidade do cidadão.

A cidadania refere-se a um ideal normativo substancial de pertença e participação numa comunidade política, pois vincula-se intimamente à ideia de direitos individuais e de pertença a uma comunidade, e não restringi-la a meras determinações de ordem biológica, onde somente são cidadãos os nacionais de um determinado país. E, ser um cidadão, neste sentido, é ser reconhecido como um membro pleno da sociedade, com o direito de participar no processo político e como tal, trata-se de realidade distintamente democrática. Sendo assim, a saúde de uma democracia depende não apenas da estrutura das suas instituições características deste regime político, nas quais destacam-se as eleições livres, o voto secreto e universal, a autonomia dos três poderes do Estado, a existência de mais de um partido político e a liberdade de pensamento, expressão e associação. Em outras palavras, estamos nos referindo às regras e meios estabelecidos que possibilitem que a democracia seja posta em prática. Estas instituições têm como principal finalidade impedir que o poder político se torne demasiado forte, a fim de serem preservadas as liberdades dos cidadãos. Isto porque o regime democrático precisa de cidadãos activos, informados e responsáveis para assumir o seu papel na comunidade e contribuir para o processo político. E uma das formas de contribuir neste processo é exercendo o seu direito de escolha, mais concretamente, o direito ao voto. Neste sentido, o acesso ao poder se faz de forma ascendente, isto é, de baixo para cima e quem se encontra no poder está nessa posição enquanto representante do povo, onde a maioria da população, a base da sociedade, escolhe seus governantes contando com os recursos de, no mínimo, dois partidos políticos: aquele que governa (após eleito) e o que a ele se opõe, fiscalizando e questionando seus actos, tendo em vista o interesse geral da população, o que torna a cidadania num verdadeiro elemento de mudança social, facilitando e desenvolvendo uma formação da consciência nacional, a qual imprime nos indivíduos um senso de pertença à comunidade. A extensão dos direitos de cidadania acompanhou a formação de instituições nacionais, tornando o Estado num agente garantidor dos direitos de cidadania, que presume a existência de uma sociedade civil inserida em redes e conexões entre pessoas e grupos, e ainda normas e valores que exerçam papel significativo na vida social. Afinal, a cidadania desenvolve-se em comunidades de cidadãos responsáveis através da estrutura da sociedade

civil. Por isso, segundo Bobbio, o princípio inspirador do pensamento democrático sempre foi a liberdade entendida como autonomia, isto é, como capacidade de dar leis a si própria, tendo como consequência a perfeita identificação entre quem dá e quem recebe uma regra de conduta e, portanto, a eliminação da tradicional distinção entre governados e governantes sobre a qual fundou-se todo o pensamento político. O que leva Bobbio a afirmar que a democracia nasceu de uma perspectiva de eliminar das sociedades humanas um poder absolutista e de dar vida a um governo cujas acções deveriam ser desenvolvidas publicamente, assim a exigência de publicidade dos actos de governo é importante não apenas, como se costuma dizer, para permitir ao cidadão conhecer os actos de quem detém o poder e assim controlá-los, mas também porque a publicidade é por si mesma uma forma de controle, um expediente que permite distinguir o que é lícito do que não é. Dessa forma, todas as operações dos governantes devem ser conhecidas pelo povo soberano, excepto algumas medidas de segurança pública que ele deve conhecer apenas quando confrontados com situações de perigo. O que faz com que o carácter público do poder, entendido como não secreto, mas sim, aberto ao público, permaneça como um dos critérios fundamentais para distinguir o estado constitucional do estado absoluto e, assim, para assinalar o nascimento ou o renascimento do poder público em público. O que não tira aos governantes o poder de agir com uma certa liberdade em nome e por conta dos representados, na medida em que, gozando da confiança deles, pode interpretar com discernimento próprio os seus interesses, ou seja, os governantes não são pura e simplesmente meros porta-vozes dos seus representantes, no qual o seu mandato é extremamente limitado e revogado a qualquer momento, caso não satisfaça os objectivos preconizados anteriormente pelo mandatário ou mandatários.

Sendo assim, defende que em democracia, o Estado luta contra o abuso do poder que é travado em duas frentes, uma contra o poder que parte do alto em nome do poder que vem de baixo, e a outra contra o poder concentrado em nome do poder distribuído. Pois a garantia contra o abuso do poder não pode nascer apenas do controle a partir de baixo, que é indirecto, mas deve também poder contar com o controle recíproco entre os grupos que representam interesses diversos, os quais se exprimem por sua vez através de diversos movimentos políticos que lutam entre si pela conquista temporária e pacífica do poder.

O pluralismo nos permite apreender uma outra característica fundamental da democracia que é a liberdade do cidadão em se expressar, mesmo que a sua opinião não agrade a outrem. E isto é justificável por Bobbio na medida em que esta característica baseia-se no princípio segundo o qual o dissenso, desde que mantido dentro de certos limites, estabelecidos pelas denominadas regras do jogo, não é destruidor da sociedade mas solicitador, e uma sociedade

em que o dissenso não seja admitido é uma sociedade morta ou destinada a morrer. Sendo que a democracia é um sistema político que pressupõe o dissenso. Ela requer o consenso apenas sobre um único ponto: sobre as regras do jogo, que acabam no fundo por distinguir um sistema democrático dos sistemas não democráticos.

Num sistema democrático com base nos dois princípios fundamentais da liberdade de associação e da liberdade de opinião, os quais devem ser interpretados como verdadeiras precondições para o funcionamento das regras do jogo, particularmente da fundamental e caracterizante regra segundo a qual nenhuma decisão colectiva vinculatória pode ser tomada e implementada se não repousar em última instância sobre o consenso manifestado através de periódicas eleições por sufrágio universal. Isto mostra que o Estado-nação é um Estado de cidadãos que se emanciparam da condição de súbditos, passando a participar activamente na formação dos governos pelo exercício de direitos políticos, visto que o princípio democrático da cidadania, se baseia nos direitos e deveres do cidadão. Nessa perspectiva, ser cidadão é ter direitos e deveres concretos em relação a um Estado soberano específico, e não direitos e deveres abstractos em relação à comunidade.

Por conseguinte, tais direitos e deveres só se realizam ou se efectivam na prática, nos regimes democráticos, até porque o cidadão só poderá alcançar as oportunidades se estiver na posse de tais direitos. Oportunidades que segundo A. Dahl são as seguintes:

1. Participação efectiva
2. Igualdade de voto
3. Aquisição de entendimento esclarecido
4. Exercer o controle definitivo do planeamento
5. Inclusão dos adultos⁶

Tal como A. Dahl defende, os direitos individuais e os colectivos são elementos necessários nas instituições políticas democráticas, visto que é inerente à democracia um sistema de direitos. Os direitos estão entre os blocos essenciais da construção de um processo de governo democrático. Se não existirem ou se não forem compulsórios, o sistema político não é democrático, apesar do que venha a dizer os seus governantes, e as aparências externas de democracia serão apenas fachada para um governo não democrático.

O que significa, segundo A. Dahl, para que se possa satisfazer as exigências da democracia, os direitos nela inerentes devem realmente ser cumpridos e, na prática devem

⁶ DAHL, A., Robert, SOBRE A DEMOCRACIA, EDITORA Universidade de Brasília, Brasília, 2001, p. 50.

estar à disposição dos cidadãos, para tal, as instituições que proporcionam e protegem as oportunidades e os direitos democráticos essenciais são necessárias à democracia, não simplesmente na qualidade de condição logicamente necessária, mas de condição empiricamente necessária para a democracia existir. Caso contrário, se algum cidadão deixar de entender que a democracia exige certos direitos fundamentais ou não apoiam as instituições políticas, jurídicas e administrativas que protejam esses direitos, sua democracia corre sérios riscos. Tendo em conta que além de todos os direitos, liberdades e oportunidades rigorosamente necessários para um governo ser democrático, os cidadãos numa democracia, com certeza, gozam de uma série de liberdades ainda mais extensa, visto que os direitos e os interesses de todas as pessoas certamente serão levados em consideração pelos governantes quando os cidadãos são capazes e estão normalmente dispostos a defendê-los, na medida em que têm a força para se proteger e se protegem.

Esses direitos permitem que os cidadãos tenham a oportunidade de apresentar seus pontos de vista e ao mesmo tempo discutir, deliberar, negociar e procurar soluções conciliatórias, que nas melhores circunstâncias poderiam levar a uma lei que todos considerarão satisfatória, facilitando também no mais provável caso da impossibilidade de se atingir a unanimidade, a lei proposta pelo maior número será a promulgada.

Portanto, «apenas sistemas democráticos proporcionam as condições sob as quais esses direitos caracterizadores mencionados têm a possibilidade de se desenvolver e de serem aplicados plenamente»⁷. Acrescentando ainda que todos os outros regimes reduzem, em geral drasticamente, o campo em que os adultos podem agir para proteger seus próprios interesses, levar em conta os interesses dos outros, assumir a responsabilidade por decisões importantes e empenhar-se livremente com outros na busca pela melhor decisão. De realçar que um governo democrático não basta para garantir que esses direitos característicos desse regime se desenvolvam, mas é essencial. Por isso, segundo o mesmo, uma das razões mais importantes para se preferir um governo democrático é que ele pode obter a igualdade política entre os cidadãos em maior extensão do que qualquer opção viável, até porque seria um erro pensar que um regime democrático pudesse proporcionar uma felicidade ou prosperidade absoluta a todos os seus cidadãos, sendo que alcançar esses fins está além das capacidades de qualquer governo, incluindo o democrático, sendo que ele nunca correspondeu a seus ideais. O que acabou se efectivando na prática foi uma aproximação a esses ideais, que tal como o nome já diz, se encontram no plano ideal, facto este que decorre da própria fragilidade do Ser humano

⁷ DAHL, A., Robert, op. Cit, p. 69.

em ser totalmente objectivo nos assuntos sociais, deixando certos interesses individuais de lado. Esta realidade acaba tornando o Homem egoísta e insensível, buscando na maioria das vezes aquilo que traz sempre a vantagem em relação aos demais.

Entretanto, essa deficiência não pode colocar em causa a prática democrática, pois, apesar das suas falhas, não devemos perder de vista os benefícios que tornam a democracia mais desejável em relação a qualquer outra forma de governo, isto porque a democracia ajuda a impedir o governo de autocratas cruéis e perversos, garantindo aos cidadãos uma série de direitos fundamentais, proporcionando-lhes uma oportunidade máxima para os indivíduos exercitarem a liberdade de autodeterminação, ou seja, viverem sob leis de sua própria escolha, e isso os sistemas não democráticos não proporcionam e nem podem proporcionar, pois, somente a democracia promove um grau relativamente alto de igualdade política, desenvolvendo mais plenamente qualquer ser humano.

Portanto, de acordo com A. Dahl, os cidadãos, adquirem os meios de proteger e implementar seus interesses pessoais mais importantes, podendo ainda participar das decisões sobre as leis sob as quais viverão e são ainda dotados de uma vasta autonomia e de uma educação cívica que não exige apenas a escola formal, mas também a discussão política, a deliberação, o debate, a pronta disponibilidade de informação confiável e outras instituições de uma sociedade livre. Portanto, se as instituições destinadas à educação pública são fracas, resta apenas uma solução satisfatória que é reforçá-las. Todos os que acreditam em metas democráticas são obrigados a buscar maneiras pelas quais os cidadãos possam adquirir a competência de que precisam, e poderem ao mesmo tempo expressar suas opiniões sem o risco de sérias punições em questões políticas amplamente definidas, incluindo as críticas aos funcionários públicos, o governo, o regime, a ordem socioeconómica e a ideologia prevalecente. Sendo que «para obter seus vários direitos, até mesmo os necessários para o funcionamento eficaz das instituições políticas democráticas, os cidadãos também têm o direito de formar associações ou organizações relativamente independentes, como também partidos políticos e grupos de interesses»⁸, pois só assim poderão dar um bom contributo para o aperfeiçoamento do sistema democrático.

É evidente que o único governo que pode corresponder plenamente a todas as exigências do estado social é um governo em que todo o povo participa; em que qualquer participação, mesmo na menor função pública, é útil; que a participação deveria ser por toda parte tão grande quanto permita o grau geral de melhoria da comunidade; e que, em última análise, nada pode ser menos desejável do que a admissão de todos numa parcela do poder soberano do estado. Numa comunidade que exceda o tamanho de uma cidadezinha, todos não podem

⁸ Idem, p.100.

participar pessoalmente de qualquer porção dos negócios públicos, a não ser alguma muito pequena; portanto, o tipo ideal do governo perfeito deve ser representativo.⁹

Ou seja, a participação da sociedade civil deve ser aberta a todos os cidadãos, sem restrição para os menos favorecidos, procurando na democracia representativa uma compatibilização das ideias dos cidadãos para com os dos governantes. O que acaba por justificar a posição de A. Dahl, segundo a qual, quanto maior a unidade, maior sua capacidade para tratar de problemas importantes para seus cidadãos e maior a necessidade dos cidadãos delegarem as decisões a representantes. E é nessa perspectiva que um Estado democrático é visto como estando enraizado nas ideias de soberania popular, do pluralismo de expressão e de organização política. Mas isto não é tudo nesse tipo de regime, pois este torna-se também, nessa mesma perspectiva um Estado de Direito, no sentido de que ele se funda no respeito da dignidade da pessoa humana, dos direitos, liberdades e garantias individuais. Portanto, pode-se dizer que um estado de direito pode implicar um estado democrático, enquanto é difícil que um estado democrático não seja de Direito, por isso a Constituição é não só fundamento, mas também limite do poder, este não podendo ser formado, nem exercido senão nos termos da Lei Fundamental. Dito de outra forma, não há democracia fora da Constituição e nenhuma vontade pode prevalecer contra a Constituição, tendo em conta que ela ajuda a proporcionar estabilidade às instituições básicas.

Ela não apenas estabelece uma estrutura democrática de governo, mas também assegura todos os necessários direitos e garantias que exigem as instituições políticas básicas, protegendo nesse caso os direitos da maioria e das minorias, mantendo a neutralidade entre os cidadãos de qualquer país. Neste sentido, Dahl sustenta que a Constituição deve ser planejada para habilitar os cidadãos a atribuírem aos líderes políticos a responsabilidade por suas decisões, acções e conduta dentro de um determinado período, tendo em mente a competência com que são tratados os problemas e as questões importantes a enfrentar, nos quais os cidadãos acreditam ser necessária a acção do governo.

Pois, somente dessa forma, a operação do governo deve ser suficientemente aberta para a visão do público e simples o bastante em sua essência para que os cidadãos entendam prontamente o que ele faz e como está agindo, sendo que mesmo tendo uma Constituição, que é de extrema importância, ela sozinha não preservará a democracia, é necessário, como já dissemos, uma sociedade activa e que não tenha receios de levar à diante uma luta

⁹ DAHL, A., Robert, *SOBRE A DEMOCRACIA*, EDITORA Universidade de Brasília, Brasília, 2001, p.108-109, apud, John Stuart, Mill, 1958, p. 55.

conquistada pelos antepassados com o firme propósito de eliminar o poder coercivo para derrotar e reprimir os seus cidadãos, dando passos em direcção à democratização.

Assim, qualquer que seja o país, desde de que esteja dotado de todas essas principais condições terá uma certa confiança para desenvolver e manter as instituições democráticas, já que isto torna mais favorável a aplicabilidade das normas defendidas por estas instituições. Mas é importante realçar que essa tarefa de desenvolver as instituições democráticas será dificultada nos países onde essas condições estejam ausentes, ou se a conseguir, que a mantenha, pois, a natureza e a característica da democracia dependerão grandemente da maneira como os cidadãos e os líderes resolverem as dificuldades.

Pode-se dizer então que ao longo dos tempos a democracia teve significados muitíssimo importantes, e para povos diferentes. O que acabou por facilitar o desenvolvimento da mesma e simultaneamente reforçá-la com vista a uma consolidação.

1.2. A luta contra o colonialismo

A dinâmica da afirmação de Cabo Verde como Estado de Direito e de plena autonomia no plano político, enquadra-se no rol dos esforços para a democracia nascidos dos vários movimentos anti-colonialistas, com o intuito de libertar os países africanos das “mãos” dos colonizadores.

No caso das colónias portuguesas, boa parte desses movimentos nasceu na própria metrópole, mais especificamente em Lisboa, pois na capital portuguesa existia um número considerável de estudantes vindos das colónias para prosseguirem os estudos universitários e é neste ambiente que começam a discutir a realidade dos respectivos países e que começa a surgir um sentimento de repúdio ao sistema colonial, surgindo então a ideia da independência e de autonomia política¹⁰.

Neste âmbito, surgiu o PAIGC, que inicialmente, forçado pela opressão colonial e pela repressão policial, a agir na clandestinidade, mas tinham como objectivo principal a independência dos dois países, neste caso, Guiné e Cabo Verde. E é em Setembro de 1956 que veio a ser oficialmente criado por guineenses e cabo-verdianos. Por isso, no ano de 1960, fiéis aos objectivos do partido, o PAIGC enviou um Memorandum no qual fizeram algumas exigências ao governo português, que passamos a citar:

- Reconhecimento solene e imediato do direito dos povos guineenses e cabo-verdianos à autodeterminação.
- Retirada imediata das forças armadas portuguesas e da polícia política (PIDE) dos territórios da Guiné e Cabo Verde.

¹⁰ ÉVORA, Roselma, *Cabo Verde – A abertura Política e a transição para a democracia*, Spleen Edições, Praia, 2004, P. 54 – 55.

- Liberdade de pensamento, liberdade política, liberdade de reunião, de associação, de formação de partidos políticos e de sindicatos, liberdade de imprensa, e garantias para o exercício efectivo dessas liberdades, sem discriminação de raça, de grau de cultura, de sexo, de idade e de condições de fortuna.
- Direito de voto para todos os guineenses e para todos os cabo-verdianos. (...). Uma pessoa – um voto.
- (...) Eleição por sufrágio universal, directo e secreto, em eleições gerais e livres (...).¹¹

Ou seja, essas exigências visavam a retirada do governo português dos dois territórios e ao mesmo tempo, tentar atingir o objectivo do partido, a independência binacional.

Mas, tais exigências não foram aceites, e nem mesmo o reconhecimento do PAIGC como representante dos dois países. Todavia, a posição irreversível do governo português não desmotivou o PAIGC. Nesta linha, no ano de 1963, o PAIGC resolveu seguir a via da luta armada devido a várias tentativas falhadas de um acordo para a independência entre a República Portuguesa e o movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Visto que o intuito do PAIGC era vencer as forças repressivas e construir, nas nossas terras, na liberdade, na paz e no respeito pela humanidade, uma vida em que a miséria, a ignorância e o medo não tivessem mais lugar, ou seja, a luta pela independência era de extrema importância para a reconquista da liberdade e da própria dignidade humana de ambos os povos. Assim, a luta de libertação acabou por ser travada no território guineense devido ao aspecto geográfico de Cabo Verde, mas os cabo-verdianos não ficaram de fora, muitos foram para a guerrilha e outros por meios diplomáticos, obrigou o governo português a reconhecer a independência dos dois países. O PAIGC teve também a ajuda internacional, e, também devido a essa pressão, Portugal viu-se forçado a dar independência às suas colónias. Mas, neste caso em particular, a Guiné obteve a independência antes de Cabo Verde, e isso ocorreu em Agosto de 1974, por meio de um acordo assinado em Argel, onde Portugal reconheceu a independência da Guiné Bissau e garantiu o direito de independência das ilhas de Cabo Verde. Isso mostra que mesmo sendo o objectivo do PAIGC obter a independência dos dois países, inicialmente acabou por obter a independência somente de um dos países. A independência de Cabo Verde ficou adiada, e somente em 15 de Dezembro de 1974 Portugal assina um acordo onde compromete-se a conceder a independência num prazo de seis meses, por isso foi nomeado um governo de transição no qual foram definidos os seguintes órgãos políticos:

⇒ Um alto-comissário, nomeado pelo Presidente da República, a quem competia representar a soberania portuguesa e era o comandante-chefe das Forças Armadas no Arquipélago;

¹¹ CABRAL, Amílcar, in: obras escolhidas de Amílcar Cabral, *A Prática Revolucionária – Unidade e Luta*, Vol. II, ed. Seara Nova, 1997, P. 30.

⇒ Um alto-comissário enquanto primeiro-ministro e mais cinco ministros, três nomeados pelo PAIGC e dois pelo Presidente da República Portuguesa.

Esse governo teria em acumulação os poderes legislativo e executivo, mas o seu objectivo principal era o de conduzir o território à independência através da eleição, por sufrágio directo e universal, prevista para 30 de Junho de 1975, de uma assembleia constituinte, dotada de plenos poderes soberanos para decidir sobre o futuro e o regime político de Cabo Verde. Em suma, uma das principais missões para que fora investido o Governo de transição, exercendo amplas funções legislativas e executivas, era de preparar as eleições para uma Assembleia Representativa que, para além de proclamar a independência, elaboraria a primeira Constituição do país, assim, foram marcadas as eleições de deputados à Assembleia Nacional de Cabo Verde para 30 de Junho de 1975, apresentando-se em cada círculo eleitoral, apenas uma lista, neste caso o PAIGC, ganhando por esmagadora maioria as mesmas eleições.

1.3. A Independência de Cabo Verde

Cabo Verde alcançou a independência a 5 de Julho de 1975, onde o eleitorado votou pela independência e pelo fim do sistema colonial. Portanto, esta seria a primeira legislatura do PAIGC, na qual foi elaborada e aprovada por unanimidade, a Lei Sobre a Organização Política do Estado (LOPE), foi também eleito o Presidente da República e, sob a proposta deste, um Primeiro-Ministro e a Assembleia passou a ser designada de Assembleia Nacional Popular. Assim, pode-se dizer que a eleição teve como consequência a transferência para a Assembleia, na qualidade de mandatária e legal representante do povo de Cabo Verde, todos os poderes de soberania e administração até então detidos pelo Estado Português sobre o território de Cabo Verde. Pode-se também dizer, que o resultado das eleições mostra que existia uma identificação entre os anseios do PAIGC e os do povo cabo-verdiano, que independência e o fim da colonização portuguesa.

Para tal, a LOPE tem como art. 1º «a soberania do povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estritamente ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.), que é a força política dirigente da nossa sociedade.»¹² Acrescentando o art. 2º que instituía o seguinte «é eleita uma comissão que será presidida pelo Presidente da Assembleia Nacional e constituída por mais seis deputados, à qual é confiada a missão de elaborar e submeter à Assembleia, no prazo de 90 dias, um

¹² LEI SOBRE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO, Assembleia Nacional Popular, p.3.

Projecto de Constituição da República de Cabo Verde.»¹³ Todavia este prazo não foi cumprido e a LOPE vigorou de Julho de 1975 até Setembro de 1980, quando foi aprovada a primeira Constituição da República de Cabo Verde. O prazo inicial prolongou-se por cinco anos.

1.4. A Constituição de 1980

A elaboração e a aprovação da primeira Constituição marcam também o início da segunda legislatura do PAIGC, na qual institui-se que,

«Cabo Verde fez nesta data histórica a sua entrada no convívio das nações livres e soberanas, e constitui-se em Estado Democrático, tendo como objectivo fundamental a defesa dos interesses das massas trabalhadoras e a construção da paz, progresso e felicidade para todos os cabo-verdianos.»¹⁴

E tendo feito essa entrada histórica, a Constituição proclamava que, a República de Cabo Verde é um Estado de democracia nacional revolucionária, fundado na unidade nacional e na efectiva participação popular no desempenho, controle e direcção das actividades públicas, e orientado para a construção de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, na qual, segundo o art.4º «Na República de Cabo Verde, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) é a força política dirigente da sociedade cabo-verdiana e do Estado.»¹⁵ Isso para mostrar que a única força dirigente era o PAICV e que a base da “Democracia Revolucionária” se sustentava precisamente nisso, fazendo parte da responsabilidade do governo o controle e a direcção do país, mais especificamente, Cabo Verde. O que fez Cabo Verde tornar-se num país onde vigorava um regime mono partidário. E, segundo Aristides Lima,

«O regime político instituído no país apresentava perfeitamente elementos estruturais, substanciais e jurídicos de uma democracia (...) e para a caracterização do regime político é de importância decisiva o princípio jurídico-constitucional do papel dirigente do PAIGC, cuja consagração no país foi em grande medida considerada legítima na situação interna e internacional então vigente.»¹⁶

Em última instância, o regime acabaria por ser no fundo um regime paternalista, visto que esse domínio vigorava a todos os níveis, quer no plano económico como também no social e cultural. Por isso, segundo Fonseca,

¹³ LEI SOBRE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO, Assembleia Nacional Popular, p.3.

¹⁴ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Assembleia Nacional Popular, p.9.

¹⁵ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Assembleia Nacional Popular, 1980, P.11.

¹⁶ LIMA, Aristides, *REFORMA POLÍTICA em Cabo Verde - Do paternalismo à modernização do Estado*, Edição do autor, Praia, s/d, p.9.

«O facto de a Constituição ser expressão do PAICV, o que implica que uma compreensão global do texto constitucional passa também pelas normas, pelos princípios e pelas directrizes constantes, nomeadamente, do programa, dos estatutos e de outros documentos fundamentais do partido único constitucionalmente institucionalizado.»¹⁷

O que possibilita dizer que no regime monopartidário, implantado em Cabo Verde, a partir de 1975, o partido se identifica com o Estado, e isso não foi alterado nem mesmo com a revisão constitucional de 1981. O partido continuou a ter o controlo do Estado, tendo como princípio básico a planificação e a direcção do Estado.

E dando continuidade ao seu mandato, o PAICV faz publicar nos finais de 1985, uma nova lei eleitoral cuja novidade consistia na possibilidade outorgada aos cidadãos de rejeitar nomes propostos pelo partido e indicar outros, apesar de ao PAICV caber a última palavra sobre a composição das listas de candidatos. Assim, entraram para a Assembleia Nacional Popular da III legislatura alguns candidatos não inicialmente contemplados nas listas do partido. Mas, apesar disso o resultado foi decepcionante. As eleições para a III legislatura tiveram uma baixa adesão comparada com as anteriores, o que evidencia que o regime estava num processo de desgaste e era urgente transformá-lo o quanto antes.

1.5. A Abertura Política

Sendo assim, em 1988 fez-se uma revisão constitucional alterando a legislação vigente para que fossem criadas as condições legais para se ter uma economia aberta. Mas não se fez uma liberalização política, o que veio a acontecer somente no início de 1990 dito por outras palavras, isso significa que mesmo sendo esta uma importante etapa desta necessária evolução, tal revisão foi feita visando apenas o aspecto económico. Mas, foi no campo político que se registava as verdadeiras fissuras no sistema estabelecido a partir de 1975. E é igualmente no domínio político que a evolução foi mais rápida e culminou com a transição política do regime monopartidário para o multipartidarismo, declarado em Fevereiro do mesmo ano e no mês de Março surgiu o MPD, que fez uma declaração política e reivindicou eleições livres, liberdade sindical, o direito à greve, a separação entre os poderes, etc. Todavia, o governo ainda nem tinha legalizado o direito de constituição de partidos políticos, que veio a ocorrer em Julho de 1990 e que coincide com a data do IV Congresso Extraordinário do PAICV, onde os motivos que estiveram na “mesa” como sendo a causa para essa abertura à transição foram os seguintes:

⇒ Prosseguir com o Desenvolvimento de Cabo Verde;

¹⁷ FONSECA, Jorge Carlos, O SISTEMA DE GOVERNO NA CONSTITUIÇÃO CABO – VERDIANA, Lisboa, 1990, p. 59.

⇒ A democracia precisava se transformar numa meta;

⇒ O sistema político precisava ser aperfeiçoado e alargado para que também pudesse acompanhar as mudanças que ocorriam a nível internacional.

Não obstante, a abertura política só vir a ser formalmente institucionalizada em Setembro 1990, o que levou a Assembleia Nacional Popular com base na lei constitucional nº 2/III/90, de 28 de Setembro, segundo a qual a Constituição de 1980, o regime de partido único foi abolido, o que significa dizer que fez-se necessário remover o artigo 4º que reconhecia o PAICV como única força política dirigente tendo-se instituído uma democracia liberal, na qual foram reconhecidas também várias outras leis, nomeadamente a lei eleitoral para a Assembleia Nacional Popular e para o Presidente da República que antes não existia, mas, também foi definido o princípio da liberdade de constituição dos partidos políticos. Mas, devido a essa demora, o MPD que surgiu em Março de 1990, veio a legalizar-se em Novembro do mesmo ano e a campanha eleitoral para as primeiras eleições democráticas realizou-se de 4 de Dezembro de 1990 a 1 de Janeiro 1991.

E a 13 de Janeiro de 1991 foram realizadas as primeiras eleições pluri-partidárias que teve como consequência, o viver de um novo momento na história do país, o fim do monopartidarismo e o nascer de uma nova forma de se fazer política, o multipartidarismo. O MPD conseguiu a vitória que colocaria fim aos 15 anos de mandato do PAICV. Uma vitória que veio demonstrar que o povo votou na mudança. E essa mudança originou também a mudança da Constituição de 1980 que até então vigorava, para dar lugar a uma nova Constituição que em Setembro de 1992 entrou em vigor e marcou uma ruptura em relação à Constituição de 1980, pois ela «consagra um Estado de Direito Democrático com um vasto catálogo de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, a concepção da dignidade da pessoa humana como valor absoluto e sobrepondo-se ao próprio Estado (...)»¹⁸ O que demonstra que a Constituição de 1992 teve um grande impacto na vida política nacional, visto que consagrou um Estado de direito democrático fundado no princípio da dignidade da pessoa humana e no reconhecimento da inviolabilidade e inalienabilidade dos Direitos Humanos.

Portanto, essa revisão constitucional marca também a mudança democrática. Já não é uma “Democracia Revolucionária”, que em si não existe, mas uma Democracia Liberal, que visa a criação de condições que favoreçam a liberdade e a igualdade entre todos os cidadãos, onde o Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade democrática, devendo respeitar e fazer respeitar as leis. Pois, as leis e os demais actos do Estado e das entidades

¹⁸ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Assembleia Nacional, Praia, 2000, p. 4.

infraestaduais só serão válidos se forem conforme à Constituição. De realçar ainda que o Estado se assenta na vontade popular e organiza-se com base e interdependência de poderes.

Portanto, de acordo com a nova Constituição do novo regime instituído «cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar.»¹⁹ O que significa que a justiça deve ser a primeira virtude das instituições sociais, por isso, leis e instituições por mais eficientes ou não devem ser reformadas ou abolidas se não cumprem as regras da justiça.

¹⁹ RAWLS, John, *Uma Teoria da Justiça*, Martins Fontes, São Paulo, 1997, P. 4.

II CAPÍTULO

II. ANÁLISE ÀS CONDIÇÕES DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NOS DOIS MODELOS DEMOCRÁICOS

2.1. A Vigência da LOPE

Para que possamos iniciar essa análise referente às condições do exercício da cidadania nos dois modelos democráticos, é necessário, antes de tudo, referenciar alguns artigos da LOPE que demonstram como era a participação do povo após uma mudança de regime político.

Após a proclamação da independência nacional e consequentemente a de um Estado soberano, foi aprovada a “Lei Sobre a Organização política do Estado (LOPE)”. Mas, a LOPE passou a ser uma espécie de Constituição definindo os órgãos de poder do Estado e a orgânica jurídico-política para a governação e a administração do país, portanto era necessário que ela fosse constituída por artigos que iriam nortear a organização do Estado até a promulgação da primeira Constituição. E, desses artigos realçaremos alguns que no nosso entender evidenciem a participação popular ou a falta dela.

Assim, tal como já referimos anteriormente, o art. 1º instituía que a soberania reside no povo e é exercida no interesse das massas populares e que estão também estritamente ligadas aos interesses do partido, que ao mesmo tempo era a força política dirigente da sociedade cabo-verdiana na altura. O artigo 1º mostra que o partido se referia à população usando a designação “massas populares” e ao mesmo tempo da auto-proclamação da única força

política no país e sem a possibilidade de criação de outros partidos políticos. E, acrescentando o art. 8º, segundo o qual, é eleito por esta Assembleia um Presidente da República que é o Chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas Revolucionárias do povo, o que demonstra a inexistência da efectiva participação popular no que diz respeito à eleição do Presidente da República, pois essa decisão residia nas opções dos membros do Partido, no qual o juramento da tomada de posse referente ao art. 12º, que diz o seguinte:

Juro, por minha honra, dedicar a minha inteligência e minhas energias ao serviço do povo de Cabo Verde, cumprindo os deveres da alta função do Presidente da República, com fidelidade total aos objectivos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.²⁰

Tal juramento, que perante um Estado soberano não promete fidelidade ao povo ou à unidade nacional, mas sim, aos objectivos do próprio partido e aos seus próprios interesses que segundo o art. 1º correspondem também aos interesses das massas populares. E, em relação aos órgãos institucionais, para além da Assembleia Nacional Popular, do Presidente da República como chefe de Estado, há também os Tribunais, cuja existência visava o cumprimento das leis. E, segundo a LOPE, o juiz só pode participar da composição dos Tribunais aquele que tiver provado a sua idoneidade para o exercício da função de julgador com fidelidade às conquistas revolucionárias do povo de Cabo Verde, ou seja, mesmo em relação à justiça não se podia contrariar os objectivos do partido. O que significa que a Nação em si estaria sujeita à fidelidade e às conquistas revolucionárias, e a própria participação do povo era restrita, não cabendo a ele certas decisões referentes à organização do Estado, não deixando de realçar que o voto popular restringia-se a um só partido, ou seja, uma única lista e sem o direito ao voto em relação à especificação dos órgãos institucionais, decisão que como já foi dito, pertencia aos membros do mesmo partido.

Assim sendo, o partido na altura controlava todos os aspectos que dizem respeito à vida social, mas também se esqueceram daquilo que é considerado como o mais importante para o sucesso e o triunfo de qualquer sociedade, que são os direitos e liberdades fundamentais, visto que, os 23 artigos aceites e aprovados por unanimidade na primeira sessão da primeira legislatura não explicitam os direitos dos cidadãos e também as condições do exercício da cidadania, qualidade pertencente a qualquer cidadão tendo em conta que a democracia exige exercício do poder pelo povo, pelos cidadãos, em conjunto com os governantes; e esse exercício deve ser actual, e não potencial, deve traduzir a capacidade dos cidadãos de formarem uma vontade política autónoma perante os governantes. Democracia significa que a

²⁰ LEI SOBRE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO, Assembleia Nacional Popular, P. 6.

vontade do povo, quando manifestada nas formas constitucionais, deve ser o critério de acção dos governantes. Mas isto demonstra alguma incompatibilidade com o regime monopartidário, sendo que antes os anseios eram semelhantes, mas posteriormente tornaram-se completamente diferentes, por isso, a própria Constituição e anteriormente a LOPE estavam ao serviço do próprio partido, e não o contrário.

Enfim, a LOPE que de início era para ter uma vigência de três meses, acabou se efectivando na prática, durante cinco anos, e, somente no fim destes anos foi aprovado um projecto da primeira Constituição cabo-verdiana.

2.2. A aprovação e a aplicabilidade da primeira Constituição

Assim, na IX Sessão da Legislativa da primeira Legislatura, em 5 de Setembro de 1980, foi aprovada a primeira Constituição da história de Cabo Verde, e revista na I Sessão Legislativa da II Legislatura em 12 de Fevereiro de 1981, segundo a qual, o exercício efectivo do poder desde o dia da Independência Nacional, proporcionou ao povo cabo-verdiano viver ricas experiências e colher úteis ensinamentos e permitiu-lhe lançar as bases fundamentais da edificação de uma sociedade justa, livre e fraterna. Isso mostra que o povo cabo-verdiano após a independência viveu momentos diferentes dos anteriores, a partir dos quais tentou edificar uma sociedade livre e justa. Mas, a questão que se coloca é a seguinte: será que este desígnio foi alcançado?

Bem, segundo o art. 1º Cabo Verde se tornou uma república soberana, democrática, laica, unitária, anti-colonialista e anti-imperialista o que significa a proclamação de uma sociedade política, onde o interesse geral é o bem-estar de todos os cidadãos dessa sociedade, cabendo ao Estado a responsabilidade de fazer e executar as leis reguladoras dessa mesma sociedade, pois, de acordo com a referida Constituição essa soberania reside no povo, na medida em que o poder do soberano ou representante do povo, é delegado por este ao soberano, dando-lhe plenos poderes, o que faz com que ele tenha nas mãos a incumbência de organizar e dirigir tal sociedade, mas sem esquecer daquilo que é o principal, que é o próprio cidadão que no gozo dos seus direitos civis e políticos lhe delega tal poder.

Mas, faz-se necessário realçar que Constituição cabo-verdiana de 1980, não fazia referencia ao povo como sendo um conjunto de cidadãos como aqui destacamos, mas tal como o número 2 do art. 2º, a referência ao povo recorre à designação de “massas populares”, ou seja, todo o discurso em relação ao povo seria proferido com base numa linha de pensamento que via o conjunto de indivíduos como sendo “massas populares”.

E tal como já tínhamos citado anteriormente, a proclamação da República de Cabo Verde institui um Estado democrático, mas essa democracia se fundamentava ou tinha como base a luta travada cujo objectivo era a independência, e, sendo assim, a realidade cabo-verdiana acabou por institucionalizar uma “democracia revolucionária”, aonde o povo, segundo o artigo 3º devia ter uma efectiva participação popular no desempenho, controlo e direcção das actividades públicas.

Isto porque conforme foi citado no capítulo anterior, mesmo tendo instituído no artigo 2º uma permanente participação pública, o artigo 4º acabou por fazer um bloqueio institucional e constitucional, visto que o PAICV era a “força política dirigente”, e assumiu a direcção da sociedade, e, em última instância do próprio Estado se encontra submetido única e simplesmente ao PAICV, pois, tal como a alínea 2 do artigo 4º delineia, essa força política dirigente deve-se ao desempenho histórico, ou seja, a luta armada como também diplomática para a independência nacional, mas também devido ao facto de constitucionalmente instituído como aquele que detém a direcção e o controle de tudo quanto diz respeito à realidade cabo-verdiana. Assim, como é que se explica a compatibilidade ou não entre o artigo 1º e o artigo 4º?

Portanto, a direcção e o controle consistia, de entre outras coisas, na eliminação das sequelas da dominação e exploração coloniais, o desenvolvimento e o fortalecimento do poder democrático, e, por último, a defesa e a consolidação da independência e da unidade nacionais, tal como algumas alíneas do artigo 10º institui. Mas, para além daquilo que já foi explicitado aqui neste estudo, é importante dizer que em qualquer sociedade democrática e não só, para que haja uma boa e efectiva participação do povo, tanto a nível político, como económico e cultural é de extrema importância que seja proporcionado uma formação integral dos indivíduos, pois, para que a participação de cada um esteja ao nível daquilo que se espera, é necessário que se faça uma forte aposta na educação. Sendo que é na e pela educação que o individuo passa a ter a possibilidade de conhecer os seus direitos e deveres, mas também ao mesmo tempo a ter oportunidade de conhecer qual o seu papel dentro da sociedade, à qual pertence, para que possa contribuir para o desenvolvimento a nível cultural, político e económico, da mesma. Pois, a educação é a pedra basilar de qualquer sociedade. Portanto, de acordo com o artigo 15º,

A educação visa a formação integral do homem. Ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso.²¹

Pois, segundo o artigo, a educação estava vinculada ao trabalho produtivo, e em última instância ao progresso do próprio país, porque tal como já foi dito anteriormente, um dos principais objectivos do partido com a incumbência de direccionar e orientar o país era de governar rumo ao seu desenvolvimento, e como tal a própria educação estava vinculada ao próprio desenvolvimento a todos os níveis: político, cultural, e, principalmente económico.

Nesta linha, de acordo com o discurso proferido pelo então Primeiro-Ministro, Pedro Pires,

O governo de Cabo Verde independente, vai dar uma atenção especial à educação nacional. O nosso objectivo é a preparação dos homens que tomarão os nossos lugares.

Impõe-se pois em primeiro lugar desenvolver o sentido da responsabilidade e da disciplina revolucionária no seio da nossa juventude, dos alunos.²²

O que é o mesmo que dizer, que a educação também estava submetida à prática revolucionária, mas, a fim ao cabo, aos próprios objectivos do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV).

Todavia, será que a educação integral, que visa a plena formação dos cidadãos, deve estar submetida aos objectivos de um partido político? Entretanto, para além da educação, existe também um outro aspecto sem o qual não se pode falar numa sociedade democrática, no seu verdadeiro sentido, que são os direitos e deveres fundamentais de todos os cidadãos, que de acordo com a Constituição de 1980 foram fundamentados da seguinte forma: segundo o artigo 22º «Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica»,²³ ou seja, perante as leis consagradas na Constituição, todos são iguais, e, sendo assim, devem ser tratados de igual forma. Assim, conjugando esse artigo com o artigo 30º,

²¹ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Assembleia Nacional Popular, 1980, p. 15.

²² PEDRO, Pires, «Da Educação e Formação de Quadros», in: Jornal Voz di Povo, nº1.

²³ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Assembleia Nacional Popular, 1980, P. 18.

Nenhum dos direitos e liberdades garantidos aos cidadãos pode ser exercido contra a independência da Nação, a integridade do território, a unidade nacional, as instituições da República e os princípios e objectivos consagrados na presente Constituição.²⁴

O que quer dizer que os direitos garantidos pela Constituição estão submetidos, em outras palavras, aos princípios considerados inalienáveis pelo partido único, visto que a Constituição consagra várias outras leis ligadas à essa prática revolucionária, assim os direitos e deveres catalogados na Constituição não devem seguir rumos diferentes antes preconizados.

Enfim, em relação à Constituição de 1980 a participação na vida pública não era tão abrangente quanto se esperava que fosse relativamente a um Estado institucionalizado como sendo democrática. Portanto, quando se fala em democracia, pensa-se logo numa efectiva participação principalmente a nível político, o que não significa dizer que os outros níveis não são importantes, pois, para um bom desenvolvimento de qualquer sociedade, é de extrema importância a conjugação de todos esses níveis.

Todavia, no regime monopartidário, a participação na vida política era limitada e o objectivo principal era que a população participasse com maior intensidade na produtividade, sendo que esta desenvolvia o campo económico-financeiro que era a maior preocupação do partido único.

Desta feita, os direitos e deveres estavam submetidos à própria política preconizada pelo PAICV, por isso, tais direitos fundamentais não eram abrangentes, mas sim muito restritivos, e no que diz respeito à liberdade, não existem nesta Constituição artigos contundentes a esse respeito.

E uma outra nota a ser referida é que ao longo da Constituição não se encontra a palavra “cidadania”, e tratando-se de um país democrático, esse conceito não devia ficar de fora. O que suscita uma outra interrogação:

- Haveria um pleno exercício da cidadania?

2.3. O emergir de um novo sistema constitucional

Portanto, torna-se imprescindível o surgimento de um novo quadro político, e que este seja propiciador de diálogo, consensos, menos concentração de poderes e de mais distribuição e equilíbrio no novo sistema de poderes. Pois, é clara a necessidade de iniciação e do próprio enraizamento da democracia, mas, para que isso aconteça é necessário a implementação de um ambiente político que favoreça o progresso da ideia democrática, e, principalmente da

²⁴ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Assembleia Nacional Popular, 1980, P. 20.

cidadania política, cultural e social. Assim, pode-se dizer que em Cabo Verde a alternância política inaugurou um novo sistema político, ou seja, houve uma modificação profunda em relação à natureza do regime democrático. E, notou-se essa modificação a nível constitucional, sendo que a Constituição cabo-verdiana foi aprovada dois anos após a mudança do regime político, de um sistema de partido único para uma democracia pluripartidária, então, o Movimento para a Democracia, vencedor das primeiras eleições pluralistas da história de Cabo Verde, detinha no parlamento a maioria de 2/3 dos deputados, suficiente para aprovar as normas constitucionais até então vigentes. E disso, surge em Cabo Verde uma nova Constituição, a de 1992, que teve um grande impacto na vida política nacional institucionalizando um Estado de Direito Democrático. A democracia só se torna realizável se for num quadro de existência e afirmação dos direitos fundamentais, e para tal realização, a Constituição de Cabo Verde é um documento escrito, de 293 artigos, estruturado, para além do Preâmbulo, em VII partes: Princípios Fundamentais, Direitos e Deveres Fundamentais, Organização Económica e Financeira, Exercício e Organização do Poder Político, Garantias de Defesa e de Revisão da Constituição, Disposições Finais e Transitórias, realçando todos os campos de abrangência organizacional do Estado cabo-verdiano.

Todavia, a afirmação do Estado independente não coincidiu com a instauração do regime de democracia pluralista, tendo antes a organização do poder político obedecido à filosofia e princípios caracterizadores dos regimes de partido único, isto porque após a independência foi implementado em Cabo Verde um regime monopartidário cujo imperativo residia nas conquistas revolucionárias, remetendo para segundo plano a criação de condições para um exercício pleno da cidadania e da melhoria social. Por isso, faz-se necessário a tentativa de abolição desse regime, o que veio a suceder nos meados dos anos 90. Como mostra a alínea 3 do artigo 1º da Constituição, segundo qual, a República de Cabo Verde assenta na vontade popular e tem como objectivo fundamental a realização da democracia económica, política, social e cultural e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que conjugada com a alínea 1 do artigo 4º de que o poder político é exercido pelo povo através de referendo, do sufrágio e pelas demais formas constitucionalmente estabelecidas demonstram que a escolha do partido que irá assumir o poder por um determinado período só virá a atingir tal responsabilidade se o povo assim o entender. Já que existe a possibilidade de escolha, pois esta se encontra explicitamente institucionalizada no artigo 2º, realçando a existência do multipartidarismo.

O que leva também ao emergir de um Estado de Direito Democrático cujas bases se assentam nos princípios delineados pela designada “Democracia Liberal”, onde para além do voto em sufrágio para a escolha de um determinado grupo ou partido que representará o povo, limita-se também o poder do Estado, sendo necessária a garantia da sua actuação e ainda, a garantia da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da justiça e da segurança tanto perante o Estado como também na relação dos indivíduos entre si, e, ainda pressupõe a igualdade de todos os cidadãos, a partir da qual o fim de toda a sociedade organizada é o desenvolvimento equilibrado da personalidade de cada ser humano, pois este é possuidor de direitos absolutos, invioláveis e inalienáveis, e acima de tudo, da sua própria dignidade.

Por isso, no que se refere à Constituição de 1992, ela se traduziu num alargamento considerável do catálogo dos direitos fundamentais e sociais, tendo em consideração a Constituição de 1980, pois, a actual Constituição reconhece os diversos direitos de forma mais categórica e ainda estabelece princípios, normas que a legislação estatal deve obedecer para a concretização de tais direitos. Sendo assim, tais características de um Estado de Direito Democrático podem ser identificadas, na segunda Constituição cabo-verdiana, logo no preâmbulo e posteriormente no início dos referidos artigos, mais precisamente no artigo 1º, alínea 1 que institui,

Cabo Verde é uma república soberana, unitária e democrática, que garante o respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e inalienabilidade dos Direitos do Homem como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça.²⁵

O que possibilita desde já, apontar uma pequena diferença entre a primeira Constituição e a actual, isto porque, em relação à primeira não se fazia referencia à dignidade da pessoa humana, e muito menos, como sendo de extrema importância para o próprio desenvolvimento social. Todavia, a segunda Constituição começa por realçar aquilo que pode ser entendido como sendo a base de toda a sociedade democrática, que é a valorização dos seus cidadãos, que compõe o núcleo central para que possa haver a formação de qualquer sociedade. Esta citação possibilita ainda relembrar a Declaração Universal do Direitos Humanos, aprovada em 1948, que preconiza o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, o que significa que desde essa altura reflectiu-se a respeito do bem social do homem, independentemente da sua nacionalidade.

²⁵ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Assembleia Nacional, Praia, 2000, P. 7.

Desta feita, segundo a Constituição a República de Cabo Verde organiza-se em Estado de direito democrático assente no princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, sendo que, num sistema democrático é essencial a existência de vários partidos que possibilite a sua caracterização pluralista, mas isto não é suficiente, é necessário também que se dê primazia à liberdade do homem, pois é somente na e pela liberdade que se pode falar num sistema com mecanismos democráticos. O referido artigo realça também uma outra diferença relativamente à anterior Constituição, pois se verifica um alargamento de direitos e liberdades fundamentais, até porque torna-se dever do Estado garantir e tutelar para o livre exercício da cidadania e também da própria organização social, visto que o grande objectivo da união dos homens em comunidades, colocando-se sob a tutela de um governo, é precisamente pelo facto deste lhe garantir a preservação dos seus direitos básicos.

Desta forma torna-se essencial, como tarefas do Estado,

- Garantir o respeito pelos Direitos do Homem e assegurar o pleno exercício dos direitos e liberdades s fundamentais à todos os cidadãos;
- Garantir o respeito pela forma republicana do Governo e pelos princípios do Estado de Direito democrático;
- Garantir a democracia política e a participação democrática dos cidadãos na organização do poder político nos demais aspectos da vida política e social nacional;
- Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo cabo-verdiano, designadamente dos mais carenciados, e remover progressivamente os obstáculos de natureza económica, social, cultural e política que impedem a real igualdade de oportunidades entre os cidadãos, especialmente os factores de discriminação da mulher na família e na sociedade.²⁶

Que é o mesmo que dizer que a construção da democracia exige o respeito pela pluralidade de opiniões, a sociedade e a transparência na actuação dos poderes públicos, especialmente no concerne à função de informar e de criar condições para a transmissão de informações aos cidadãos sobre os aspectos fundamentais da vida política e social do país, mas também do direitos e deveres indispensáveis ao bom funcionamento da sociedade. Por isso, todas essas garantias institucionalizadas pelo Estado servem para oferecer ao povo melhores condições sociais, quer ao nível económico, cultural e político, visto que o Estado, efeito do contrato social, visa garantir e salvaguardar os direitos fundamentais e o bom funcionamento social. No entanto, pode-se dizer que é nisto, e não só, que reside o

²⁶ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Assembleia Nacional, Praia, 2000, P. 10.

fundamento e o limite do próprio Estado, sendo necessário que se crie condições para tornar efectivos os direitos sociais, estabelecendo as concretas incumbências do Estado.

E quando se fala neste tipo de governo, não se pode ignorar alguns princípios, pois são eles que acabam por lhe dar a sustentabilidade e também a própria credibilidade, desta feita, um desses princípios é o da igualdade de oportunidades, tal como diz o artigo 23º sobre o princípio da igualdade, no qual,

Todos os cidadãos têm igual dignidade social e são iguais perante a lei, ninguém podendo ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de raça, sexo, ascendência, língua, origem, religião, condições sociais e económicas ou convicções políticas ou ideológicas.²⁷

Tal princípio possui como referencial teórico, a já mencionada “democracia liberal”, defendida por vários pensadores, como por exemplo John Rawls.

Segundo Rawls, o Estado deve pautar pela justiça como equidade, que tem como um dos princípios, o da igualdade, enunciada na actual Constituição, garante que cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema total de liberdades básicas para que possa ser vinculada a cargos e posições a todos em condições de igualdade de oportunidades. Ainda, para além disso, como já se referiu neste estudo, o novo modelo democrático institui vários direitos dos cidadãos e estes são invioláveis e inalienáveis, e tal como já foi citado, segundo esse mesmo autor, os direitos assegurados pela justiça não estão sujeitos à negociações políticas e nem ao cálculo de interesses particulares, visto que contrariamente ao regime anterior, onde todos os Direitos institucionalizados tanto na LOPE como também na posterior Constituição dos anos 80, tais Direitos só se efectivavam se não fossem contrárias aos objectivos do Partido e também à prática revolucionária. Mas, é de realçar que esses direitos invioláveis e inalienáveis não eram exactamente iguais aos do regime monopartidário, e isto nos remete a seguinte citação na qual,

Outra característica do sistema de direitos, liberdades e garantias instituído era a sua funcionalização, através de uma auto-limitação dos mesmos pela Constituição, condicionando-os à valores e conceitos abstractos e abertos como “promoção do progresso social”, “necessidades e imperativos da Reconstrução Nacional” ou “possibilidades da economia nacional”.²⁸

²⁷ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Assembleia Nacional, Praia, 2000, P. 19.

²⁸ Entrevista com o Dr. Carlos Veiga.

Tais conceitos que acabam por transmitir quais eram os verdadeiros objectivos preconizados pelo então partido dirigente. E como já se disse, remetendo para o segundo plano os direitos fundamentais dos seus cidadãos. Entretanto, contrário a este regime, o novo sistema político cabo-verdiano está veiculado a um Estado de Direito Democrático assente, tal como já foi referido, nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política e democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais o que mostra que a conformação da vida social e do Estado deve ser feita com base nos meios e padrões do direito enquanto um meio específico de ordenação, sendo que a Constituição contém um extenso catálogo de direitos e liberdades fundamentais atribuídos a todos os indivíduos face aos poderes públicos e um regime especial para sua garantia, o que significa que é a própria Constituição a estrutura conformadora do Estado, pois ela define os princípios fundamentais do Estado, sendo que é essencial a protecção dos direitos do homem através de um regime de direito, para que o homem não seja forçado em última instância à revolta contra a tirania e a opressão.

E isto é importante, porque o Estado não foi criado para impor a força aos seus cidadãos, mas sim oferecer-lhes a protecção ou segurança e melhores condições de vida, por isso se não consegue atingir tais objectivos, não está a cumprir com o seu papel em todos os Estados e condições, o verdadeiro remédio contra a força sem autoridade é opor-lhe a força. Por outras palavras, a melhor maneira de tirar o poder de um governo que não cumpre o pacto estabelecido é tirar-lhe do poder. Isto porque, na democracia representativa, os governantes devem governar em nome do povo, por virtude de uma investidura que a Constituição estabelece a partir do povo, e o povo tem a possibilidade de manifestar uma vontade jurídica e politicamente eficaz sobre eles e sobre a actividade que conduzem.

No entanto, para que esses direitos e liberdades fundamentais institucionalizados constitucionalmente possam ser respeitados, é necessário que haja mecanismos que possibilitem a aplicabilidade dessas leis, ou seja, mecanismos que respeitem e façam respeitar essas leis, e para que isso aconteça, é necessário que o Estado se organize também com base na separação e interdependência de poderes, na existência e autonomia do poder local e na descentralização da Administração Pública, portanto, pode-se dizer que,

No nosso país o exercício dos poderes públicos não é arbitrário: ele deve conformar-se com a Constituição; essa conformidade é controlada por tribunais independentes, que também podem e devem desaplicar normas inconstitucionais; a administração sujeita-se à lei, só podendo agir nos casos e termos por ela permitidos.²⁹

²⁹ Entrevista com o Dr. Carlos Veiga.

O que significa que a revisão constitucional consagrou um sistema democrático e pluralista cujo princípio da representatividade e da proporcionalidade de votos é a única expressão de legitimidade democrática, devendo prever nomeadamente a separação efectiva dos poderes legislativo, executivo e judicial onde possa haver a garantia de condições para a efectiva independência da justiça. Por isso, todo o Estado se encontra enraizado nas ideias de soberania popular e do pluralismo de expressão e de organização política. Isto porque, na construção da democracia se exige o respeito pela pluralidade de opiniões, a seriedade e a transparência na actuação dos poderes públicos, especialmente no que concerne à função de informar os cidadãos sobre aspectos fundamentais da vida política e social do país.

Até porque a participação efectiva dos cidadãos tornou-se mais significativa, pelo menos em termos teóricos, visto que anteriormente a participação era mais restritiva contrariamente à situação vivida a partir dos anos 90. Por exemplo, a eleição do Presidente da República por sufrágio directo, secreto e universal tal como institui o artigo 108º.

Com isso, pode-se dizer que a Constituição se traduziu em opção por uma efectivação não autoritária e não estatizada, mas participada e concertada, visto que a ideologia participativa está disseminada por toda a Constituição, através de uma variedade de situações em que a participação ou é vista como direito, ou como incumbência do Estado, ou como fim, ou como princípio estruturador da Administração.

Mas, torna-se essencial quando se fala numa efectiva participação do cidadão, a prerrogativa “Educação”, pois, tal como institui o artigo 77º,

- 1- Todos têm direito à educação.
- 2- A educação realizada através da escola, da família e de outros agentes, deve:
 - a) Ser integral e contribuir para a promoção humana, moral, social, cultural e económico dos cidadãos;
 - b) Preparar e qualificar os cidadãos para o exercício da actividade profissional, para a participação cívica e democrática na vida activa e para o exercício pleno da cidadania;
 - c) (...);
 - d) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso a bens materiais, sociais e culturais;
 - e) Estimular o desenvolvimento da personalidade, da autonomia, do espírito de empreendimento e da criatividade, bem como da sensibilidade artística e do interesse pelo conhecimento e pelo saber;

- f) Promover os valores da democracia, o espírito de tolerância, de solidariedade, de responsabilidade e de participação.³⁰

Portanto, tal como o artigo delinea, e bem, a educação visa a formação integral do cidadão, ou seja, oferecer ao cidadão mecanismos da melhor forma possível, contribuir para o desenvolvimento e progresso social. Pois, somente na e pela educação, o cidadão pode tornar-se autónomo nas escolhas e nas directrizes que melhor servem a si mesmo, e, em última instância, a sociedade onde ele se encontra inserido. Sendo que, uma educação virada para o exercício pleno da cidadania visa desenvolver o conhecimento, a compreensão, as capacidades, as atitudes e os valores que ajudam os cidadãos a desempenharem um papel activo na sociedade, estarem informados e conscientes dos seus direitos, responsabilidades e deveres. E sendo o cidadão um membro de um Estado politicamente organizado, a educação para a cidadania deve ser articulada de forma a contribuir para um processo de formação coerente. Desta feita, o Estado deve, ainda garantir o direito à igualdade de oportunidades de acesso e de êxito escolar, promovendo a eliminação do analfabetismo e, conseqüentemente a educação permanente, tendo em conta que no analfabetismo não se pode falar da existência de uma consciência clara e distinta dos direitos e deveres de cada um dos cidadãos. E ainda referente ao mesmo artigo, alínea 4, os poderes públicos deve organizar e garantir a existência e o regular funcionamento de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, e ao mesmo tempo promover a educação cívica e o exercício da cidadania.

O que significa que se deve criar condições que possam favorecer a formação de todos os cidadãos para que possam ter uma participação cívica significativa e progressista. Sendo que é pelo ensino e pela educação que se pode desenvolver o respeito e o cumprimento desses direitos e liberdades, visando o seu reconhecimento e a sua aplicação efectiva tanto entre as populações dos próprios Estados, bem como de Estados distintos. Visto que, tais direitos e liberdades ajudam no favorecimento de um progresso social e na instauração de melhores condições de vida e de uma liberdade mais ampla.

Portanto, tal como se encontra proclamado no artigo 26º, alínea 2, da Declaração Universal dos Direitos Humanos,

A educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e o reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos

³⁰ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Assembleia Nacional, Praia, 2000, P. 47.

os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.³¹

Isto porque, a educação integral do indivíduo permite-o tornar-se num cidadão consciente que pauta o seu comportamento social de uma forma moralmente responsável, o que o torna útil na vida e nos problemas que afectam a sua sociedade. Considerando ainda que é pelo ensino que o cidadão passa a ter o conhecimento de causa acerca das instituições, problemas e práticas da democracia e ainda das formas de participar efectivamente na vida política a diferentes escalas, pois tudo isso exige que o cidadão desenvolva capacidades, valores e conhecimentos.

Entretanto, como já se sabe,

(...) O desconhecimento e o desprezo dos direitos do homem conduziram a actos de barbárie que revoltaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamada com a mais alta inspiração do homem.³²

O que realça a extrema importância da educação na divulgação e na consciencialização de tais direitos e liberdades como a única forma do homem conseguir se impor como um ser digno e social. Considerando a acção educativa como um processo para ajudar as pessoas a se tornarem cidadãos activos, informados e responsáveis. E é neste sentido que se pode falar numa educação para a cidadania. Por isso, é indispensável que quando se fala em democracia, os cidadãos devem, de entre outras coisas, ser conscientes dos seus direitos e responsabilidades, informados acerca dos temas políticos e sociais, preocupados com o bem-estar dos outros, coerentes nas suas opiniões e argumentos, influentes através das suas acções, activos na vida da sociedade e responsáveis nas suas acções cívicas.

No entanto não adianta visar uma educação para a cidadania, se o cidadão não estiver usufruindo do seu direito à liberdade, portanto, o Estado deve reconhecer como sendo invioláveis os direitos e liberdades consignados na Constituição e garante a sua protecção, ou seja, segundo a Constituição, todos os cidadãos cabo-verdianos são detentores de direitos e liberdades que segundo a mesma, são invioláveis, o que significa que não se deve violar tais direitos e liberdades porque constituem um dos aspectos essenciais do ser humano, e principalmente, na sua vivência em sociedade. Portanto, pode-se afirmar que,

³¹ Declaração Universal dos Direitos Humanos, Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, p. 17.

³² Declaração Universal dos Direitos Humanos, Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, p. 5.

Cada membro da sociedade é visto como possuidor de uma inviolabilidade fundada na justiça, ou, como dizem alguns, no direito natural, que nem mesmo o bem-estar de todos os outros pode anular. A justiça nega que a perda da liberdade para alguns se justifique por um bem maior partilhado por outros.³³

O que nos mostra que um bem maior para a sociedade não significa sacrifício por parte de alguns, levando em consideração que a justiça e no nosso caso, tanto esta como também a própria Constituição nega essa perda da liberdade de uns para a realização da sociedade, dessa forma, numa sociedade que pauta pela justiça e pela igualdade, a liberdade dos cidadãos é igual para todos e são considerados constitucionalmente como sendo invioláveis. Mas para uma melhor compreensão do artigo 15º, pode-se conjugá-lo com o artigo 28º e o artigo 47º, e, em relação ao primeiro,

São garantidas as liberdades pessoal, de pensamento, expressão e informação, de associação, de religião, de culto, de criação intelectual, artística e cultural, de manifestação e as demais consagradas na Constituição, nas leis e no Direito Internacional geral ou convencional recebido na ordem jurídica interna.³⁴

Assim, a defesa do princípio da liberdade visa proteger o espaço político a partir do qual a pessoa participa do processo decisório em vigor na sociedade. O que significa ainda que o principal é a proclamação e aplicabilidade de uma Constituição que garanta tais liberdades. Pois, quando se adopta o modelo democrático, se tem como prerrogativa a renovação gradual da sociedade, o que só se torna possível através do livre debate de ideias e de mudança de mentalidade e do modo de viver, visto que o diálogo é a arma fundamental para o desenvolvimento da referida sociedade, e para este estudo em concreto, é a sociedade cabo-verdiana. Mas, o que isso quer dizer, é que em democracia ninguém é dono da verdade ou da moral, portanto é na e pela liberdade que todo o cidadão tem a oportunidade de reflectir juntamente com os demais para que se possa chegar a uma solução ou acordo que possa beneficiar a sociedade no seu todo. Pois, como se sabe, não se pode falar numa sociedade sem que cada um dos seus integrantes o seja, e tal como a Constituição institui em diversos artigos e também o próprio Estado garantir as condições para que cada um exercite a sua liberdade, no respeito pela liberdade do outro, assim um dos princípios norteadores de qualquer Estado liberal é o da liberdade individual, valorizando-se assim a própria subjectividade.

³³ RAWLS, John, *Uma Teoria da Justiça*, Martins Fontes, São Paulo, 1997, P. 30.

³⁴ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Assembleia Nacional, Praia, 2000, P. 21.

E, em relação ao segundo, alínea 1, «todos têm a liberdade de exprimir e de divulgar as suas ideias pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, ninguém podendo ser inquietado pelas suas opiniões políticas, filosóficas, religiosas, ou outras»,³⁵ o que vem confirmar constitucionalmente o que foi dito anteriormente sobre o facto do cidadão ter a liberdade de exprimir as suas ideias seja qual for, mas desde que não vá contra a liberdade dos outros. Nesta mesma linha de raciocínio, a alínea 3 institui que é proibida a limitação do exercício dessas liberdades por qualquer tipo ou forma de censura, sendo que a censura é incompatível com o denominado Estado Democrático, onde toda a opinião é relevante, desde que seja com o intuito desenvolvimentista e progressista. E o que se pode afirmar é que as liberdades fundamentais, como as de expressão, imprensa, associação, reunião e de manifestação são asseguradas constitucionalmente, correspondente aos artigos 48º, 49º, 51º, 52º, 53º, 59º, 63º e 64º, nos quais todos reflectem o direito de qualquer cidadão a ser livre tanto em relação à sociedade como também em relação às suas escolhas, sendo que estas estão quase sempre direccionadas para a melhoria da qualidade de vida em sociedade.

Estes artigos reflectem também um outro artigo que há muito foi instituído na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no qual toda pessoa tem o direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas, artigo este que não foi tido em consideração na elaboração e aplicabilidade da Constituição dos anos 80, o que faz com que essas liberdades sejam subjugadas aos princípios adoptados pelo Partido único.

No entanto, aquilo que se pode notar em relação à Constituição de 1992, é que, como já dissemos nas passagens anteriores, houve uma significativa mudança de texto, principalmente no que toca aos direitos inalienáveis dos cidadãos, pois como se sabe, um desses direitos é o do cidadão ser considerado como um ser livre, sendo que a liberdade é um bem fundamental inalienável à sociedade justa, e como tal, não pode ser trocada por qualquer benefício material, o que significa que a liberdade é algo que não pode estar fora de si, ou seja, seguir parâmetros diferentes aos que estão inerentes à liberdade, portanto, não há nenhum benefício material, que é algo passageiro, capaz de substituir a liberdade de qualquer cidadão. E para que essa substituição não ocorra, a Constituição deve ser um procedimento justo que satisfaz as exigências da liberdade igual, visto que o princípio da liberdade assegura ao Homem a escolha livre tanto na sua actividade principal através da qual tem a sua renda, como também nas suas actividades cívicas que possibilitam o engajamento social. Nesse caso, o princípio norteador é o de se estabelecer uma Constituição justa que garanta as liberdades da cidadania

³⁵ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Assembleia Nacional, Praia, 2000, P. 31.

igual, considerando a cidadania como sendo um estatuto da pessoa, o que leva os cidadãos a submeterem o Estado à ordem exigida pelo estatuto de cidadania. Mas, significa também colocar a justiça ao serviço da cidadania, na qual envolve um compromisso sobre suas atribuições e, neste caso também à própria essência do regime democrático, ou seja,

(...) A estrutura básica deve ser avaliada a partir da posição de cidadania igual. Essa posição é definida pelos direitos e liberdades exigidos pelo princípio de liberdade igual e pelo princípio da igualdade equitativa de oportunidades. Quando os dois princípios são satisfeitos, todos os cidadãos iguais, e portanto todos ocupam essa posição.³⁶

E, com base nesta avaliação que possibilita estabelecer a diferença entre um Estado que não cumpre esses dois princípios e os que pautam pelo bem social, buscando o enraizamento do exercício da cidadania, ou seja, estar ordenada de modo a satisfazer o princípio da participação. Princípio esse, que segundo o artigo 54º,

1. Todos os cidadãos têm o direito de participar na vida política directamente e através de representantes livremente eleitos.
2. São eleitores os cidadãos maiores, nos termos da lei.
3. O direito de voto não pode ser limitado senão em virtude das incapacidades estabelecidas na lei.
4. Estado incentiva a participação equilibrada de cidadãos de ambos os sexos na vida política.³⁷

E é precisamente nisso que a representação política adquire legitimidade, visto que surge da vontade dos cidadãos, expressa pelo voto. Com isso, lhes são delegado poder para tomarem decisões em nome destes, com o intuito de defender seus interesses. Assim, de acordo com o pensamento rawlsiano o objectivo da abordagem contratualista é o de estabelecer que tomados em seu conjunto esses pressupostos estabelecem parâmetros adequados para os princípios de justiça aceitáveis, pois todo o cidadão, mesmo tendo elegido um representante, tem o direito de participar dos assuntos políticos, e na medida do possível honrar o preceito um – eleitor – um – voto, o que significa que se os representantes não estiverem a cumprir o estabelecido anteriormente, os cidadãos têm nas mãos mecanismos para retirar-lhes tais funções, elegendo outros representantes através das eleições que devem ser justas e livres, e realizadas regularmente, precisamente pelo facto de evitar que a sociedade caia no autoritarismo, que leva a perda do exercício dos direitos, liberdades e garantias, visto que este regime não traz nada de democrático, ou seja, seus princípios não se direccionam

³⁶ RAWLS, John, op. cit., P. 102.

³⁷ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Assembleia Nacional, Praia, 2000, P. 34.

nem um pouco para os princípios vigentes numa sociedade considerada como sendo de preceitos democráticos, recordando que, a autoridade que determina as políticas sociais básicas reside num corpo representativo escolhido, para ocupar um cargo durante um período determinado, por um eleitorado ao qual esse corpo deve basicamente prestar contas. Esse corpo representativo tem poderes que vão além de uma função consultiva. É uma assembleia legislativa com poderes para fazer leis e não simplesmente um fórum de delegados de vários sectores da sociedade, ao qual o executivo explica suas acções e que reconhece os movimentos do sentimento público.

O que significa que primordialmente o governo deriva da opinião pública perante a qual é responsável, mas o seu campo de responsabilidade não é somente este, na medida em que terá de implementar políticas sociais compatíveis com uma democracia constitucional que se aplica a todos os sujeitos e a todas as formas de vida, visando a melhor forma de distribuição de direitos e deveres fundamentais, tendo em conta que tal política deve ter em consideração que, o objecto primário da justiça é a estrutura básica da sociedade, ou mais exactamente, a maneira pela qual as instituições sociais mais importantes distribuem direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão de vantagens provenientes da cooperação social. Por instituições mais importantes quero dizer a Constituição política e os principais acordos económicos.

Portanto, para que o governo possa conseguir implementar essas políticas sociais com sucesso, a liberdade no exercício da cidadania igual devem ser incorporadas e protegidas pela própria Constituição que deve consagrar a liberdade de consciência e de pensamento, a liberdade individual, a liberdade de expressão e reunião, e a própria liberdade política, o que acaba por possibilitar um status comum seguro de cidadania igual e uma justiça política, o que torna possível uma melhor análise ao sistema social.

Essa análise possibilita ainda, para além da observação e análise ao sistema político e social, uma procura na melhoria de determinadas situações, recorrendo a outras formas ou meios de manifestação pública, como por exemplo a criação de associações, sindicatos, é livre, não carecendo de qualquer autorização administrativa, a constituição de associações e prosseguem os seus fins livremente e sem interferências das autoridade, que conjugado com o artigo 66º, alínea 1 que,

1. Para a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, é reconhecido aos sindicatos o direito de, nos termos da lei, participar:
 - a) Nos organismos de concertação social;

- b) Na definição da política de instituições de segurança social e de outras instituições que visem a protecção e a defesa dos interesses dos trabalhadores;
- c) Na elaboração da legislação laboral.³⁸

E da conjugação desses dois artigos, pode-se dizer que os cidadãos possuem meios, que não são somente os citados de fazer face ao Estado ou Governo que deve estar sempre em permanente diálogo e concertação com a sociedade e as forças representativas da mesma, numa postura política de abertura que possibilite cada vez mais a participação dos cidadãos, visto que a estrutura básica é um sistema público de regras que definem um esquema de actividades que conduz os homens a agirem juntos no intuito de produzir uma quantidade maior de benefícios que torna possível a melhoria generalizada da qualidade de vida, medida através de padrões predefinidos de justiça, educação e da cultura, cuja base deve estar enraizada num movimento forte, democrático e pluralista, aonde o âmbito dos interesses a defender esteja nas mãos dos cidadãos e não podendo ser limitado pela lei governamental, até porque para que se crie uma sociedade pluralista e livre é necessário para além daquilo que os governantes executam, a junção do labor e do patriotismo de todos os cidadãos, mais concretamente, de todos os cabo-verdianos, sem discriminação, ou seja, a introdução dos aspectos fundamentais do princípio da participação é o da garantia de que o governo respeite os direitos e o bem-estar dos governados. E cabe ao cidadão também respeitar a política governamental, desde que esta não ponha em cauda o bem-social, e a respectiva liberdade de cada um na sua singularidade, pois só se pode falar no pleno exercício da cidadania quando este é efectivado livremente, o que contribui e muito para a consolidação da democracia.

Enfim, num regime democrático a sociedade deve ser organizada de forma que possibilite o empreendimento cooperativo tanto a nível político como económico e social, para o benefício de todos os seus cidadãos.

³⁸ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Assembleia Nacional, Praia, 2000, P. 41.

III CAPÍTULO

III. AS IMPLICAÇÕES CONCRETAS DESSES MODELOS DEMOCRÁICOS, REALÇANDO AS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS NA SEGUNDA CONSTITUIÇÃO E O SEU EFEITO EM RELAÇÃO Á LIBERDADE INDIVIDUAL, OU SEJA, A SUBJECTIVIDADE

3.1. Aplicação prática da LOPE

Do ponto de vista teórico, pode-se dizer que o proto-constitucionalismo cabo-verdiano surge do Acordo de Lisboa de 18 de Dezembro de 1974 no qual se consagra a criação de uma Assembleia Representativa e Constituinte que não só declararia a independência como de seguida teria a tarefa de dotar o novo país de uma Constituição. Essa Assembleia teria de ser eleita por sufrágio universal e secreto, o que veio a acontecer.

Se até a eleição dessa Assembleia o PAIGC cumpriu o Acordo, o facto é que, proclamada a independência, a Assembleia Constituinte em vez de elaborar e aprovar uma Constituição, aprova uma Lei de Organização Política do Estado (LOPE), que reconhece no seu próprio texto o seu carácter transitório e provisório, quando no seu preâmbulo diz que com ela, o país fica dotado de órgãos de poder central indispensáveis à sua governação até a aprovação de uma Constituição.

No entanto, na prática e materialmente, com a publicação da LOPE, iniciava-se a longa violação daquele Acordo celebrado com Portugal, inaugurando-se assim uma suspensão autoritária do processo constitucional de criação de um Estado de Direito.

Essa suspensão autoritária do processo constitucional foi regulamentada por uma lei para-constitucional que marca o início do parêntesis histórico que durou cerca de cinco anos.

Durante esse período, o que se pode dizer a respeito das implicações práticas, ou seja, qual era o nível da participação efectiva por parte do povo cabo-verdiano? Se poderia falar no exercício da cidadania? Levando em consideração o já citado artigo 1º da LOPE, segundo o qual a soberania do povo é exercida em função dos interesses das massas populares, aos quais estão estritamente ligadas aos objectivos do PAIGC, o que pode levar a crer que aquilo que prevalecia em relação aos interesses do povo podia ser um reflexo dos interesses e objectivos do próprio partido único instaurado em Cabo Verde. Sendo que o povo «não era soberano, mas sim beneficiário».³⁹ Isto porque ao se declarar como sendo o único autorizado a decidir as directrizes a serem seguidas, ou seja, “força dirigente”, isto mostra que a soberania popular só se encontrava no campo teórico, pois o que prevalecia eram os objectivos do partido que segundo eles iam de encontro aos objectivos do povo.

Assim, no chamado “Sufrágio Universal” ocorrido no dia 30 de Junho de 1975, o povo votou na única lista apresentada referente «a única organização política que, então, utilizou a faculdade para promover a apresentação de candidaturas foi o PAIGC, que de facto viria a ganhar confortavelmente as eleições».⁴⁰ O que só se justifica pelo facto dos anseios ou objectivos populares irem de acordo com os do PAIGC. Objectivo esse que era o de alcançar a independência e sair das mãos dos colonialistas portugueses.

Tendo sido o vencedor, o PAIGC aprovou a LOPE, na qual não parecia haver uma linha bem definida a respeito dos direitos fundamentais do cidadão, que na altura era designada “massas populares”. O que demonstra uma certa divergência entre aquilo a que o PAIGC se propôs e o que acabou se efectivando na prática.

Pois, dos vários itens exigidos no já citado memorandum, no qual uma das exigências era a do direito à autodeterminação, que acabou por ser ofuscado pelos interesses do “partido dirigente”, que se sobrepôs aos direitos, liberdades e deveres fundamentais de cada cidadão, defendido nos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Humanos. O que levou a consequências directas na vida prática, quanto a alguns direitos fundamentais, como os de associação, manifestação e expressão e reunião. O que nos leva a admitir a hipótese de que a participação dos cabo-verdianos nos primeiros cinco anos após a independência nacional era frágil, devido ao facto do povo não ter o poder de escolha, não poder escolher um outro candidato à governação do país, pois tudo estava nas “mãos” do PAIGC.

³⁹ Entrevista com o Dr. Carlos Veiga.

⁴⁰ LIMA, Aristides, op. Cit., P. 8.

Além disso, o “Sufrágio Universal” realizado, colocava à frente do povo uma lista com uma única designação (PAIGC), fazendo com que a escolha dos altos representantes não estivesse directamente no poder decisório do povo, sendo que esta escolha era feita pelos então membros do partido, que sendo eleitos não juravam fidelidade ao país, mas aos seus próprios interesses. De realçar que se o Presidente e o Primeiro-Ministro juravam tal fidelidade no acto de investidura significa também que a própria independência do poder judiciário ficou sujeita aos princípios do partido, ou seja, para participar da composição dos tribunais, os juízes teriam de provar a sua idoneidade e fidelidade às conquistas revolucionárias.

Portanto, a direcção ou os membros do então PAIGC que, parte do pressuposto que o povo padecia de subdesenvolvimento político e por isso, era incapaz de assumir a responsabilidade política e social como forma de gerar o consenso e de construir um real desenvolvimento, o que os levou a se auto-proclamar como único detentor do conhecimento e com capacidades de traçar objectivos que fossem benéficos para o país. O que acabou por demonstrar que na prática aquilo que o povo esperava como sendo resultado da independência se distanciou dos anteriores objectivos, pois a política implementada foi exactamente a contrária:

- A estruturação de um Estado autoritário;
- Instituições dependentes;
- Esvaziamento de conteúdo das liberdades e direitos fundamentais.

O partido único apresentou-se como a única força capaz de impedir a actuação negativa e desestruturada das forças internas e externas susceptíveis de comprometer a tarefa prioritária dos jovens Estados, isto é, a construção e consolidação da Nação. Esquecendo-se que para a construção e a própria consolidação de qualquer Nação, país ou Estado, deve-se ter em consideração um determinado plano político que visa o desenvolvimento humano, ou seja, proporcionar e incentivar a participação cívica e activa da própria população. Pois é muito importante que o povo se sinta integrado no seio da sua sociedade, tendo sempre uma voz a dar na criação de condições que favoreçam o país. O que acabou não tendo na prática uma forte participação da sociedade civil, pois esta não dispunha ainda de todas as condições necessárias para uma participação plena. O que pressupõe que durante a vigência da LOPE, o povo não soube o que era estar na posse da sua autodeterminação em alguns momentos decisivos. O que significa que as “massas” cabo-verdianas não eram portadoras de perceptível grau de sofisticação e cultura política na altura da independência. Por outras palavras, a

cidadania, a individualidade, consequentemente a subjectividade foram submetidas aos interesses do então “partido dirigente”.

3.2. A Constituição de 1980

Após os primeiros cinco anos da vigência da LOPE, que por unanimidade nas primeiras sessões legislativas, foi aprovada a primeira Constituição cabo-verdiana no ano de 1980. Com esta aprovação foi estabelecido em Cabo Verde um regime político caracterizado constitucionalmente como Estado de Democracia Nacional Revolucionária, sob a direcção de um partido que «apresentava perfeitamente elementos estruturais, substanciais e jurídicos de uma democracia».⁴¹

O que significa que é muito importante dizer que a Constituição da década de 80 não trouxe alterações significativas, principalmente no que toca à participação cívica do povo cabo-verdiano, precisamente porque o artigo 4º constitucionalizou e reafirmou ao PAIGC o estatuto de partido dirigente e em última instância “paternalista” como Aristides acaba por defini-lo. E ao mesmo tempo reafirmando a submissão do povo face ao dirigente. O poder real era detido pelo Executivo (Presidente da República e Governo) sendo nele, portanto, que se situava o centro real e efectivo do poder. Tal Constituição, assim como a LOPE, é autoritária, conferindo ao então partido amplos ou totais poderes em matérias política, económica, social e cultural. Assim, o partido guia e força do nosso povo, aparece agora constitucionalmente também como guia e força do nosso Estado, por ele próprio se ter erigido em Partido/Estado e por se ter conferido o monopólio da vida político-social cabo-verdiana.

E, pelo que já analisamos ao longo desse estudo, podemos afirmar que o partido se identifica com o Estado, ou seja, não é um partido ao serviço do Estado, mas sim um Estado ao serviço de um partido. Sendo assim, como é que se explica a existência de uma sociedade democrática, como diz a Constituição?

É claro que a resposta para esta questão não foi levantada agora, por isso, segundo Veiga, «em cabo Verde vigorou um regime não democrático»⁴² o que se justifica por diversas razões, tais como:

- A garantia de condições para a efectiva independência da justiça;
- O princípio da existência de partidos políticos;
- A autonomia dos órgãos estatais de comunicação;
- A incompatibilidade da democracia com a polícia política;

⁴¹ Aristides Lima, op. cit., P. 9.

⁴² Entrevista com o Dr. Carlos Veiga.

- A não liberdade sindical.

Estes são alguns dos inúmeros itens que não vão de acordo com o ideal e nem a prática democrática. Portanto, um dos elementos necessários à prática democrática é a interdependência dos órgãos representativos, e são eles, o legislativo, o executivo e o judicial, que devem sim estar em harmonia em termos governamentais, mas nunca submetidos às regras parciais de um ou outro órgão representativo. Isto porque devem estar numa ordem independência um do outro, mas todos regidos por uma só lei constitucional.

Um outro elemento que realça o carácter democrático de um país é a existência de partidos políticos. Porquê partidos políticos? Simplesmente pelo facto de não se poder falar numa verdadeira democracia se há apenas um partido, o que acabaria por designar um outro regime político, mas nunca um regime democrático. Da existência de vários partidos, poder-se-á falar de uma característica imprescindível ao regime democrático que é a possibilidade de escolha, na qual o povo decide de acordo com a sua consciência, a prática e a ideologia de cada partido, escolher aquele que na opinião da maioria é a melhor alternativa para a governação do país. E, nessa linha, a comunicação social não deverá ser parcial ou estar ao serviço de um ou outro partido. Ela deverá informar a sociedade a respeito das políticas governamentais que contém cada programa e os objectivos de cada um, nesse caso, os partidos políticos, obedecendo às regras básicas de informação numa sociedade plural ou democrática.

Para tal, qualquer cidadão deverá ser livre na sua decisão, seja ela qual for, sem ter medo de represálias. Contudo, a realidade cabo-verdiana nos anos 80 era bem diferente. Porquê? Por vários motivos: o primeiro é que Cabo Verde era um país democrático somente na teoria, porque na prática vivia-se num regime que se desviava de certa forma de alguns princípios democráticos. Pois quando se fala em democracia, tal como Dahl diz, fala-se na participação efectiva de todos os cidadãos e não somente numa participação parcial de todos os cidadãos no que toca às eleições e à vida política de uma forma geral. É de realçar que o povo votava numa lista única que continha apenas a designação do grupo partidário, que constitucionalmente era o “guia” do povo cabo-verdiano, tirando a todos os demais cidadãos cabo-verdianos a oportunidade de darem o seu contributo para o avanço político-social do seu país, garantindo-lhes o controlo efectivo sobre a direcção e as instituições do país. Sendo o PAIGC, o único partido existente e formalmente constitucionalizado no artigo 4º, coloca em causa o artigo 3º, visto que a existência de um único partido não é característico da prática democrática e muito menos do ideal democrático, que tem como um dos elementos básicos o multipartidarismo dando assim ao povo, aquilo que já frisamos anteriormente, a liberdade de

escolha. Caso contrário não se pode falar na prática democrática. Assim, pode-se dizer que com a vigência do artigo 4º o pluripartidarismo foi negado como princípio, defendendo-se a tese da democracia nacional revolucionária de partido único, fazendo com que em todos os órgãos do Estado e em todas as decisões políticas fundamentais, os militantes do partido serem representantes, mas, mais do que isso “guia”, e, por outro lado, as massas populares, ficando assim a sociedade submetida a uma organização política detentora de um programa que tinha como objectivo a construção da nação cabo-verdiana. Portanto, tal como Fonseca afirma, «o partido decide, o parlamento ratifica e dá força legal às decisões do partido, o governo executa, sob o controlo do partido»⁴³, o que significa tal como já dissemos, que a base tanto do legislativo, do executivo e do judicial era o partido, o que se justifica pelo facto de quem estar à frente dessas instituições, os mesmos que se consideravam como os libertadores do povo cabo-verdiano, talvez por esse facto se considerem como os únicos capazes de levar adiante o país. Mas, será que somente um pequeno grupo será suficiente para levar um determinado país a um desenvolvimento político, económico e social? Se a questão for vista numa óptica objectiva, é claro que a resposta é não. Isto devido ao facto de que para a construção sólida de um determinado país, é necessário o empenho de ambos os elementos que o constitui, ou seja, é de extrema importância o contributo da sociedade no seu todo, assim haverá o desenvolvimento a nível político, económico e social. De realçar que o espectro social deverá ter uma ênfase especial, pois trata-se de uma sociedade constituída por cidadãos que trabalham para o avanço político e económico. Assim, em terceiro, numa sociedade democrática, segundo Dahl, é necessário que haja liberdade, que pode ser a de reunião, de associação, de escolha e de expressão. Mas, será que na década de 80 havia a total liberdade dos cidadãos? Segundo, Lima, «o regime político instituído no país apresentava perfeitamente (...) elementos substanciais da democracia (...) princípio da soberania popular, à participação efectiva nos assuntos do Estado e à liberdade de Imprensa»⁴⁴.

No entanto, esta afirmação não poderia corresponder à verdade porque a sociedade civil parecia ser ainda um pouco frágil, devido à pouca experiência política do povo cabo-verdiano, e mesmo sendo verdade que sobretudo nos primeiros tempos da chamada segunda república, melhores condições foram criadas para um pulsar mais nítido e livre da sociedade, também não deixa de ser verdade que esse pulsar nítido e livre da sociedade nem sempre foi efectiva, o que acabou colocando em causa a própria liberdade dos cidadãos.

⁴³ FONSECA, Jorge Carlos, op. Cit., P. 103.

⁴⁴ LIMA, Aristides, op. cit., P. 9.

Sendo assim, o PAIGC limitou qualquer tipo de oposição, o que significa que a própria sociedade civil não podia se inteirar completamente dos assuntos estatais. E a própria liberdade de expressão não se efectivava na prática, que pode ser justificado com a existência da polícia política, que tal como já dissemos, fazia parte de uma das exigências do PAIGC aos Portugueses. Mas, com a tomada das directrizes do país, parece que se esqueceram dos anteriores objectivos preconizados e acabaram fazendo praticamente aquilo que condenavam.

Pois o policiamento velado da consciência de cada um dos indivíduos servia para intimidar a população, ou seja, a população não devia emitir opiniões que colocavam em causa as medidas políticas adoptadas pelo partido único. A sociedade cabo-verdiana só podia emitir opiniões que fossem de encontro aos objectivos do partido ou, melhor dizendo, esta teria de provar a sua idoneidade ao partido ou à prática revolucionária. Mas, é importante dizer que a democracia é incompatível com existência de acções que reprimem os cidadãos, caso suas opiniões não agradem aos dirigentes, todavia, em qualquer sociedade democrática, o desenvolvimento da mesma só é possível através do livre debate de ideias, do diálogo e não da opressão.

Entretanto, a direcção e o controlo das associações se encontravam sob a tutela do próprio partido único, como é o caso da OMCV, da JAAC-CV, a OPAD-CV, e a UNTC-CS, na qual «essas organizações dependiam inteiramente do partido e todo aquele que quisesse fazer parte delas tinham que passar por uma formação ideológica baseada nas orientações do partido»⁴⁵, portanto, todas essas associações tinham em mente o benefício social ou o entendimento político-social que não prejudicasse nenhuma das partes envolvidas no desenvolvimento do país, mas, visavam também a garantia da total hegemonia do partido dirigente, subtraindo aos cidadãos uma participação efectiva, a fim de permitir que estes exerçam as suas actividades políticas, económicas e sociais, que ao fim ao cabo pertencem a cada cidadão. Tais direitos acabaram por ser subordinados às directrizes preconizados pelo “guia paternalista”.

Assim, como o povo tinha dificuldades em criar, organizar e dirigir uma determinada associação, visto que isto implicava a necessidade de se reunirem para poderem exercer o poder decisório, o mesmo se passava a quando da sua participação na vida política, pois quando eram chamados à urna, não eram colocados perante alternativas reais, mas somente a uma única lista. Mas, será que numa situação destas o povo cabo-verdiano poderia considerar que se encontrava no pleno uso da sua cidadania? A resposta a esta pergunta, de acordo com o

⁴⁵ ÉVORA, Roselma, op. Cit., P. 75.

exposto poderá ser esta: em Cabo Verde durante o pleno exercício das políticas do partido único, não houve um pleno exercício da cidadania, tendo em consideração que o povo não teve muitas oportunidades de exercitar tanto a nível teórico, como a nível prático a sua cidadania, sendo que o termo “cidadão” estava de certa forma fora do contexto do momento político que se vivia na altura. Este termo foi utilizado na primeira Constituição cabo-verdiana, mas que ficou pelo papel, ou seja, pelo texto constitucional, visto que na prática o PAIGC se referia ao povo como sendo “massas populares” que deviam contribuir para o crescimento e o progresso do país.

A cultura política implementada em Cabo Verde acabou impossibilitando a criação de uma cultura de reivindicação dos direitos dos trabalhadores, e por conta disto o cidadão cabo-verdiano teria que se contentar com as políticas sindicais regidas de cima para baixo. Retirando assim a qualquer cidadão comum o direito de exercer a sua cidadania, mas falar de cidadania, como já dissemos durante esse período, é estar falando num conceito esvaziado de conteúdo tanto a nível teórico como a nível prático. Se tal regime impediu o povo de exercer a sua cidadania, o que dizer a respeito da liberdade de imprensa? Responder a essa questão não é muito fácil, mas tentaremos chegar a uma resposta. Inicialmente, em relação aos meios de comunicação social, também poder-se-á dizer que se encontravam sob a tutela do partido único, quer a Televisão, a Rádio e a imprensa escrita.

Em relação à imprensa escrita, estamos a falar mais precisamente do jornal “Voz di Povo”, que daquilo que podemos analisar a respeito dos conteúdos abordados diziam respeito exclusivamente à acção política implementada pelo então regime, deixando de lado a realidade vivida pelo povo no então período. Mas essa realidade é alterada com o surgimento do jornal “Terra Nova” pertencente à Igreja Católica. No entanto, tal surgimento não possibilita afirmar que havia total liberdade de imprensa, visto que o partido único de forma realista, teve em consideração a relação de forças herdada de um longo processo de formação social em que a Igreja sempre desempenhou uma forte influência intelectual e moral efectiva sobre largos segmentos da população que acabaram por ser determinantes na posição adoptada pelo “PAIGC-CV”⁴⁶ face a esta importante instituição religiosa, mas contrariamente a esse aspecto, as opiniões e os comentários a respeito da política governativa se não fossem ao encontro do esperado pelos dirigentes, estes procuravam sempre de algum jeito reprimir os colonistas, tal como relatam alguns artigos do jornal “Terra Nova” em diversas edições.

⁴⁶ A designação PAICV passou a ser registada a partir da separação da união entre Guiné e Cabo Verde depois do golpe de Estado na Guiné, levando à revisão constitucional de 1981.

O domínio do Partido único em Cabo Verde também se verificou a nível cultural e educacional. A nível cultural o que se verificava na prática é que havia também uma forte vigilância por parte dos dirigentes que chegaram mesmo a constitucionalizar no artigo 41º tal vigência, visto que a prática artística, intelectual e científica não poderiam contrariar o progresso social, ou seja, antes de qualquer exibição (quadros, curta metragem, etc.) deveriam ser encaminhados à Comissão de Investigação Cultural para serem examinados e só depois se obtiver um resultado positivo ou estar de acordo com os interesses dos mesmos seriam publicados.

A nível educacional, o controlo do Partido/Estado não podia faltar, sendo que a formação dos jovens era de extrema importância para os mesmos e por isso delineavam a política educacional do país, o que levou à introdução dos conteúdos ideológicos do PAICV nos manuais escolares do ensino básico, tudo isso com o intuito de induzir os jovens a levar avante o progresso social de que tanto se falava. E isso fez com que a população se tornasse cada vez mais frágil na defesa dos seus direitos, pois só quem tem a consciência dos seus direitos consegue usufruir das vantagens dali advenientes e saber também avaliar as desvantagens e os prejuízos que sofre quando não os pode exercer ou efectivar ou quando eles são violados ou restringidos. Sem o conhecimento dos seus direitos, como poderão reivindicá-los? Por conseguinte é necessário «uma educação para a liberdade e para o desenvolvimento individual»⁴⁷ o que seria capaz de tornar o homem livre e capaz de uma melhor participação que possa contribuir para o desenvolvimento do país, o que a vista do partido dirigente não tinha muita credibilidade, pois optaram precisamente pelo contrário, tirando assim ao povo cabo-verdiano o direito de compreender o que era para um cidadão estar no pleno uso do exercício da cidadania.

Portanto é somente na e pela educação que qualquer cidadão poderá tomar consciência de si mesmo como sendo um ser humano capaz de grandes realizações capazes de transformar tudo quanto nos rodeia.

No entanto, o povo cabo-verdiano não teve a oportunidade de se desenvolver individualmente, pois estava ao serviço da ideologia que preconizava o respeito e a obediência à prática revolucionária em primeiro lugar. O que fez com que a democracia durante uma década e meia de regime monopartidário nunca tenha existido em Cabo Verde, pois o PAIGC-CV sempre assumiu e continuou agindo como o único órgão verdadeiramente soberano no quadro dos poderes do Estado, traçando as directivas políticas básicas para a

⁴⁷ Entrevista com o Dr. Jorge Carlos Fonseca.

Nação cabo-verdiana, estabelecendo as metas, fixando os prazos e a impor o ritmo das actividades socio-políticas, buscando dessa forma o fundamento a legitimação do seu poder. E isso tudo fez com que a população cabo-verdiana vivesse num regime dito “democrático” que nunca se primou pelo respeito dos direitos do cidadão e nem pelo exercício da cidadania.

Por isso, nenhum grupo social, nesse caso é um partido, tem o direito de usurpar o papel de guia único, porque isso supõe a destruição da verdadeira subjectividade da sociedade e das pessoas ou cidadãos, como aconteceu em todo o género de autoritarismo. E, nesta situação o homem e o povo cabo-verdiano tornaram-se “objecto” apesar de todas as declarações contrárias e das garantias verbais anteriormente estabelecidas, o povo chegou à conclusão de que se houve mudança nos objectivos preconizados, não foram registadas mudanças significativas no comportamento dos novos titulares do poder. O que torna imprescindível que a democracia venha a ser construída por todos os cabo-verdianos.

3.3. A transição política de 1990

Nesse período, todo o sistema político é alterado e a Constituição abre-se ao multipartidarismo, ao mesmo tempo que consagra a eleição directa por sufrágio universal, do Presidente da República e também a formação de partidos políticos. O que significa que foram criadas as condições para a democratização da sociedade cabo-verdiana e do poder político, o que só irá acontecer efectivamente com a realização das eleições legislativas de Janeiro de 1991. O que demonstra que o PAICV tinha a consciência da não correspondência entre o seu domínio político e o controle da sociedade civil, agora crescentemente inclinada para uma nova forma política que emergia e se impunha como motor de transformação real e efectiva do anterior regime para a democratização socio-política. Pois, a sociedade exigia novas formas de legitimidade do exercício do poder que agora já não podia ser exclusivamente de natureza histórica, mas tinha de ser necessariamente uma legitimidade democrática e a consagração formal jurídico-constitucional dessa legitimidade.

Essa exigência da sociedade civil impunha uma ruptura com a própria Constituição dos anos 80, dando lugar a uma nova Constituição saída do novo poder democraticamente fundado, ou seja, uma Constituição feita pelos titulares do poder político democraticamente eleitos e legitimados.

Portanto, somente esta ruptura permitiria e, efectivamente permitiu, reconhecer fundamento democrático à nova Constituição e nela consagrar, com legitimidade a democracia. Desta ruptura constitucional e da nova Constituição dela emergente nasce uma nova era do constitucionalismo nacional, colocando de lado todos os anos em que sob a

direcção do partido foi implementado o regime de democracia nacional revolucionária que, ao longo de década e mais de década e meia, assegurou o desenvolvimento económico e social na nação cabo-verdiana.

A transição do monopartidarismo para a democracia da sociedade fez surgir uma nova sociedade, levando por um lado, à legitimação do domínio político e do exercício do poder radicam na soberania popular, devendo organizar-se e fazer-se em termos democráticos, garantindo o voto universal, igual, directo e secreto, o que faz com que os representantes eleitos sejam escolhidos directamente pelo povo, sendo que são postos perante alternativas, ou seja, há vários partidos, cada um com o seu projecto governamental que será escolhido pelos próprios cidadãos. Com isso, foi possível a aprovação da nova Constituição no ano de 1992, que contém princípios e garantias para o exercício de uma democracia pluralista, consagrando ao mesmo tempo, um Estado de Direito Democrático a quando da garantia de uma série de liberdades e direitos antes desconhecidos pelos cabo-verdianos e ainda o equilíbrio entre os poderes e na independência do poder judiciário. Mas, todas essas alterações foram efectuadas no plano legal. Será que na prática o povo se sentiu dotado dos seus direitos, mas também deveres? Não será possível afirmar que não houve mudanças significativas após a mudança política ocorrida nos anos 90, pois foram implementadas novas políticas que tinham como um dos aspectos chaves para o desenvolvimento socio-político a aposta nos cidadãos como sendo a chave principal para qualquer tipo de sucesso que possa posteriormente vir a surgir. Por isso, cada cidadão teve os seus direitos garantidos, o que possibilita que cada um possa reivindicar o respeito para com os mesmos. Direitos esses que se enquadram tanto no plano individual como também no colectivo, designadamente o direito à liberdade de expressão, de associação, de desenvolvimento intelectual, igualdade em termos de oportunidades, autodeterminação, tal como defende Dahl no seu livro “SOBRE A DEMOCRACIA”. Mas, para que cada um tenha consciência de que se encontra nas suas mãos o futuro de qualquer Nação é necessário que o homem se permita a uma educação que o ajude a desenvolver-se individualmente, mas também para vida no colectivo social. Sendo assim, a educação deverá estar integrada num planeamento educativo que permita ao educando «uma educação livre e para o exercício da cidadania»⁴⁸, visto que somente assim é possível falar-se num regime democrático.

Para além das eleições livres, onde o cidadão decide a respeito da sua própria sociedade, o povo cabo-verdiano passou a ter uma certa abertura ao exprimir a sua opinião, minimizando

⁴⁸ Entrevista com o Dr. Jorge Carlos Fonseca.

assim a sua preocupação com as represálias sofridas anteriormente, caso tais opiniões colocassem em causa a política adoptada pelo governo, ou melhor Partido/Estado. A nossa realidade actual nos permite afirmar que vivemos num país onde existe a prática democrática, mesmo que esta ainda não se encontre em conformidade total com aquilo que dita o ideal democrático. Mas será que também é possível ao homem alcançar a plenitude daquilo que se encontra ao nível do que se preconiza como sendo os elementos essenciais da democracia como é o caso? Contudo na nossa prática democrática existe sim o exercício da cidadania, pois cada um de nós somos livres nas escolhas que fazemos. Essa é uma das mudanças ou modificações introduzidas na segunda Constituição, dando ao povo a soberania sobre o destino da própria nação. Mas também a liberdade de criarem associações independentes do poder político, que fossem capazes de defender os direitos civis de um conjunto de cidadãos que por vontade própria decidiram se unir com o intuito de defender os seu direitos básicos, como por exemplo a ter um trabalho, um salário, entre outros, que permitam uma vida condigna a cada cabo-verdiano. A referida liberdade permite também ao cidadão ter a consciência de que tem deveres a cumprir, mas que também possui direitos inalienáveis e invioláveis, que devem ser respeitados. Essa liberdade de reunião de associação também facilita no processo de melhoramento a nível social, político e económico, pois não existe melhor forma para um avanço com sucesso, sem a discussão de ideias, opiniões e o aperfeiçoamento de cada solução considerada benéfica para o desenvolvimento do país. Portanto, tanto o Estado como também as instituições privadas são responsáveis pelos danos causados a cada cidadão. Assim, a participação efectiva dos cidadãos nacionais poderá ser exercida através de instituições de poder local, associações e também das próprias organizações da sociedade civil, sendo a qualidade de vida um objectivo permanente e intemporal de todo o cidadão. E, em Cabo verde os direitos sociais e fundamentais são juridicamente eficazes e os cidadãos podem dispor e exercer efectivamente.

No que diz respeito à liberdade das comunicações sociais poder-se-á dizer que ela já não se encontra como sendo parte integrante de um regime monopartidário, onde toda a informação vinculada estaria quase num total controlo do Partido/Estado, mas inserida num quadro partidarizado, facto decorrente da nossa conjuntura política. A nossa actual realidade realça um grande número de meios informativos tanto sob o controle estatal como também sob a tutela privada, o que permite ou facilita o acesso a informação. Informações essas que ajudam na avaliação que se poderá fazer em relação às atitudes políticas seguidas pelos representantes eleitos democraticamente, como também a outras questões relativas a sociedade no seu todo. Por isso, o tratamento jornalístico de tudo quanto se refere à realidade

do país, mais concretamente a realidade cabo-verdiana, deve ser profundo, maximizador, verdadeiro, buscando sempre esclarecer o essencial e o que de maior interesse para o cidadão, revelando-se interessada, isenta, séria em relação aos assuntos políticos desempenhando um papel estratégico no processo de construção da democracia, particularmente em períodos eleitorais, ou seja, a comunicação social deverá ser objectiva, promovendo assim uma política informativa que contribua para a criação de condições equitativas de concorrência política e de esclarecimento e informação para que os cidadãos possam exercer em consciência o seu direito de voto.

Com efeito, a mudança política propiciou condições institucionais para o exercício democrático, tais como representantes eleitos através da participação efectiva da população em eleições livres, justas e frequentes, facilitando o controle dos programas governamentais. A liberdade de expressão é um outro mecanismo fundamental no esclarecimento dos conteúdos sociais, jogando sempre com informações alternativas capazes de trazer um melhor entendimento socio-político. Ou seja, todas essas instituições políticas acabam se traduzindo numa única expressão: cidadania. Portanto a cidadania deverá ser inclusiva abrangendo todas as camadas sociais, o que acaba propiciando um bom funcionamento dessas instituições políticas existentes num regime democrático. Desta feita, a partir dos anos 90 até aos nossos dias, o nosso país foi dotado de leis que acabaram por ter como foco principal a dignidade da pessoa humana, ou seja, todas as directrizes traçadas para o desenvolvimento de Cabo Verde teve sempre, pelo menos de acordo com as leis constitucionais a dignidade de cada cidadão cabo-verdiano. Por isso, a nosso ver a principal modificação operada no novo regime instituído no nosso país é a valorização da dignidade humana, uma das principais preocupações da Declaração Universal dos Direitos Humanos esta direccionada principalmente pela questão da garantia da dignidade humana seja qual for a nacionalidade. Assim, a segunda Constituição realça, como já foi dito, um extenso catálogo dos direitos humanos que não podem ser esquecidos, pois acabam dando ao homem ou garantindo-lhe aquilo que faz com que ele seja considerado ou visto como tal, precisamente pela sua dignidade, pois se isto lhe for retirado ele passa à mesma quadrante dos restantes animais, ou seja, a dignidade da pessoa humana deve ser posta sempre em primeiro lugar, o que significa que a partir do momento em que é retirado do Homem essa componente essencialmente humana, ele perde por completo o seu ser e passa a ser encarado como um animal igual a todos os outros, porque o que eleva o Homem a um patamar superior a dos outros animais é exactamente a sua dignidade. Sendo assim, independentemente do regime político em vigor, o ideal é salvaguardar esse princípio fundamental a existência do Homem, mas como nem todos

os regimes políticos possibilitam a aplicação desse princípio, a democracia aparece como sendo a mais favorável na aplicabilidade do mesmo. No entanto, o Estado deverá estar consciente de que ele existe ou é instituído para salvaguardar os direitos fundamentais, tais como a liberdade, a paz, a justiça, a individualidade social e não a satisfação dos desejos particulares de um ou outro membro do Governo.

Assim, a segunda Constituição cabo-verdiana impôs ao Estado certos limites no exercício da sua função realçando suas tarefas fundamentais para o avanço socio-político. Foi estabelecido também os princípios a serem seguidos pelos representantes eleitos democraticamente tais como o Presidente da República, os deputados, o órgão executivo, o judiciário e outros elementos como o direito de antena aos concorrentes eleitorais, a revisão dos princípios a serem seguidos pela imprensa, a moção de censura caso o governo não efectue uma boa governação, ou no mínimo uma governação aceitável, ou seja, em relação a leis que protejam o cidadão das arbitrariedades e da tirania. O que significa que a situação do povo cabo-verdiano ficou completamente diferente da anterior, pois já não é um Partido/Estado com plenos poderes de orientar as “massas populares”, mas um Estado orientado por leis vigentes que incluem tanto os cidadãos como também os próprios governantes no que toca ao respeito e cumprimento de todos os princípios fundamentais para um clima de harmonia propiciadora da paz e da felicidade dos seus cidadãos. Para tal, quanto maior for a capacidade de crítica e da fiscalização da sociedade civil e seus organismos, maiores condições haverá para um sistema se tornar eficaz e capaz propiciar espaços de liberdades, transparência de procedimentos, afirmação e realização da cidadania. A sociedade será, assim, uma instância permanente de produção de fluxos de ideias, de propostas que acabam aperfeiçoando a própria democracia, pois nasce da e na sociedade. Dessa forma, a democracia não se esgota nas eleições, pois a formação da vontade do Estado é o resultado de um processo discursivo que não se encerra com momentâneas decisões majoritárias, que deste modo, não poderão ter a pretensão da verdade ou de ser a última instância, que não é o suficiente para caracterizar uma sociedade como sendo um Estado integrado no grupo dos chamados democráticos. Portanto, o princípio maioritário que encontra as suas raízes nos princípios da igualdade e da liberdade e autodeterminação individuais, não pode significar um absolutismo da maioria, devendo antes o direito da maioria estar em concorrência com o das minorias. Sendo que uma das principais exigências da lei constitucional diz respeito à liberdade individual de cada ser humano referente à liberdade de pensamento, de consciência e a individual, ou seja, a sua subjectividade.

Na actual conjuntura política a subjectividade de cada um não deve ser submetida ao bem-estar do colectivo, pois este também faz parte da colectividade. E é por isso, que o povo se preocupa em estar integrado num Governo democrático razoavelmente justo, que procede os seus interesses fundamentais, ou seja, um Governo preocupado em defender os direitos fundamentais dos cidadãos e ao mesmo tempo mantê-los unidos numa lei moral que irá ajudá-los a manter a paz e a ordem da sociedade, estabelecendo os princípios da justiça para uma sociedade nacional, a fim de reduzir:

- As desigualdades sociais;
- A exclusão dos cidadãos na participação da vida pública
- A tirania, etc, etc.

Para o efeito, a mudança política ocorrida em Cabo Verde acabou fazendo com que o novo sistema político parlamentar cabo-verdiano legitimasse ou promulgasse políticas governamentais assentes numa obediência à nova Constituição que tem em si, pelo menos no que se refere aos direitos do cidadão, uma vasta subscrição Universal da Declaração dos Direitos Humanos, possibilitando assim a convivência com os direitos que antes lhes foram confiscados pelo partido único. O que confirma que no regime político cabo-verdiano há garantias constitucionais do respeito à subjectividade de cada cidadão, da competitividade pelo poder e da própria possibilidade de alternância, pois está baseada no voto secreto, no sufrágio universal, em eleições regulares disputadas com base na competição entre os partidos políticos e em direitos e liberdades garantidas pela Constituição a fim de propiciar um desenvolvimento equilibrado da personalidade de cada ser humano, ele próprio, pela sua dignidade humana sobrepor-se e impor-se ao Estado que tem como uma das principais tarefas promover e garantir o seu pleno exercício, pois não pode haver sociedade livre sem que cada um dos integrantes o seja. A cidadania deixou de ser apenas o vínculo de ligação do indivíduo ao Estado para se converter no estatuto da pessoa, ou seja, o cidadão deixou de ser portador de um mero estatuto da liberdade, está hoje dotado de um conjunto de direito e titular de pretensões concretas a favor e contra o Estado e pode, a cada momento, interpelar a administração e o governo sobre o nível das prestações sociais, sendo que o estado está ao serviço da sociedade e não a sociedade ao serviço do Estado.

A consagração de um Estado de Direito Democrático, baseado pluralismo possibilitou a abolição dos instrumentos de repressão e de controlo social e político do regime anterior, exigindo ainda a extinção da polícia política, as milícias e os tribunais populares, a centralização e concentração de poderes e principalmente a falta de exercício da cidadania.

Porém, a democracia cabo-verdiana mesmo com um significativo avanço, não conseguiu alcançar ainda a sua consolidação e consequentemente a própria cidadania. Tal realidade deve-se a inúmeros factores tais como: primeiro, em relação à partidarização da Administração Pública, onde os cargos muitas vezes não são atribuídos pelo mérito, mas sim pelo facto de se estar conotado como sendo simpatizante ou integrante do partido A ou B; segundo, uma fraca capacidade de um diálogo centrado nas questões que beneficiam o bem-estar social, buscando enfatizar um trabalho conjunto, mas, se apegam muito às trocas de ofensas pessoais, principalmente nos períodos das campanhas eleitorais; terceiro, uma consciência político-social que necessita ainda de um aperfeiçoamento no exercício da cidadania devido à vulnerabilidade face às pressões económicas e outras manifestações de poder, de oferta de bens e serviços, a própria dificuldade na percepção de aspectos importantes do processo e das operações eleitorais, como por exemplo as múltiplas inscrições eleitorais ou ainda tentativas de voto multiplicado, que reflectem a jovialidade da prática democrática e ao mesmo tempo uma consciência política capaz de analisar objectivamente as políticas governamentais que garantam o bem-estar social; quarto, a fragilidade e a dependência da imprensa, principalmente as estatais que se deixam manipular pelos órgãos governamentais como também os próprios meios de comunicação privados acabam muitas vezes por transmitir informações com uma forte tendência partidária.

Mas, mesmo que todos esses factores contribuam para um enfraquecimento da prática, estes não conseguem irreversibilizar a própria democracia, visto que o exercício da cidadania se tornou significativo, apesar dos contratemplos. A nossa democracia não se encontra consolidada, mas sim, num processo de consolidação estabelecendo a separação e a independência dos órgãos de soberania com a persistência de dar voz activa à sociedade civil propiciando o diálogo, a concertação e no fundo um trabalho conjunto de todos os elementos integrantes da estrutura social, pois apesar de tudo, existe a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, na possibilidade de alternância democrática e no respeito pela expressão legítima da soberania popular.

Em suma, é dever de cada cidadão no exercício da cidadania reflectir sobre todas essas questões da nossa prática democrática, elevando-se acima dos interesses partidários, posicionarmo-nos como cidadãos activos, conscientes e responsáveis, para encontrarmos o consenso necessário para vencer o desafio de realizar efectivamente a nossa lei constitucional e colocar o nosso país na sua linha de evolução e desenvolvimento, corrigindo e reforçando os mecanismos legais, institucionais que evitem ou detenham quaisquer tentativas de as desviar de uma defesa da democracia e da própria constitucionalidade.

CONCLUSÃO

A independência de Cabo Verde constitui um marco histórico de extraordinária importância para o povo cabo-verdiano, fazendo com que desta Nação transformada em colónia se erigisse um Estado Soberano.

Mas, esta realidade não chegou a traçar um percurso linear, isto devido ao facto de nos 15 anos seguidos após a independência ter vigorado em Cabo Verde um regime monopartidário. Regime esse, que se antagonizava à própria Constituição que realçava Cabo Verde como sendo um país democrático, sendo assim, a política implementada contrariava todos os elementos que se encontram na base da prática democrática. O partido único acabou se transformando na consciência colectiva do povo cabo-verdiano, eliminando todas as categorias básicas de um Estado democrático como a discussão e o dissenso às políticas governamentais, retirando assim a própria autonomia da sociedade civil.

A concentração do poder num único partido fez com que não houvesse a possibilidade de admissão de outros partidos políticos e nem um verdadeiro e efectivo sistema de garantia da própria Constituição, visto que toda a fiscalização se concentrava nas mãos do partido que exercia ao mesmo tempo tanto o poder legislativo como o executivo. E como consequência directa dessa realidade cabo-verdiana que se manteve durante quinze anos, foi a negação do exercício efectivo da cidadania aos cabo-verdianos, que se depararam com a triste realidade de verem seus direitos fundamentais como os de expressão, manifestação, reunião e associação, serem subjugados ao princípio da “promoção do progresso social”.

Assim, o próprio acesso à justiça para a reivindicação dos seus direitos, estava também submetida à política partidária, pois os próprios juízes teriam de provar a sua idoneidade ao partido único, o que significa que o povo não tinha por onde recorrer, por isso se encontrava sob a total autoridade do Partido/Estado que tinha como um dos meios de repressão a polícia política que encarcerava e torturava pessoas por terem ideias contra o regime, levando-as ao tribunal popular pelo simples facto de exprimirem posições contrárias, fazendo com que existisse um ambiente de medo em Cabo Verde.

Por tudo isso, a nossa conclusão não poderia ser diferente. Apesar do texto constitucional afirmar que Cabo Verde é um país democrático, referida afirmação não corresponde à realidade. Durante esse período Cabo Verde nunca foi democrático, mas sim autoritarista, sendo que todas as regras e as leis estabelecidas teriam de ser feitas e aprovadas pelo próprio Partido/Estado ressarcindo assim toda a espécie de liberdade à sociedade civil, retirando qualquer abertura ao desenvolvimento da individualidade.

Entretanto, o descontentamento generalizado, o emergir de uma tímida evolução do pensamento político dos cabo-verdianos e as pressões internas, aliadas a um contexto internacional cada vez mais hostil aos regimes monopartidários revelaram-se decisivos para forçar a actual direcção do país a admitir o princípio do pluralismo político, pois o cerne da democracia reside na alternância política e esta é um valor Universal, pelo que onde ela não existe, não há regime democrático. Por isso, o povo cabo-verdiano não passou de um regime democrático de partido único para um regime democrático pluralista.

Em 1991, a mudança de regime propiciou instituições com elementos identificadores de um Estado de direito democrático e consequentemente estar em diálogo e concertação com as comunidades e as forças representativas da sociedade, numa postura política de abertura e incitamento da participação dos cidadãos. Daí que, o sistema constitucional cabo-verdiano se encontra no universo dos sistemas assentes no princípio da representação política, ou seja, democracia representativa nos termos da qual a soberania pertence ao povo, que a exerce pelas formas e nos termos previstos na Constituição, ou seja, por representação política com sede na Assembleia Nacional que é, nos dizeres da Constituição, a Assembleia que representa todos os cidadãos cabo-verdianos.

Assim, a instituição parlamentar estabelece uma conexão operativa entre o titular originário da soberania e a entidade a quem é confiado o governo do Estado. Esta conexão operativa consiste essencialmente num papel de mediação política entre a vontade popular e a acção governativa, que legitima e funda a função de controlo parlamentar da acção do governo. Sendo os direitos inerentes ao Homem numa sociedade política, inalienáveis pelo cidadão e sagrados para o legislador, como é o caso da igualdade, liberdade e propriedade, pois a democracia pressupõe pluralismo político porque a sociedade real que lhe está subjacente é também pluralista e não monista, o que significa que primordialmente o governo deriva da opinião pública perante a qual é responsável, o que demonstra que não é suficiente que um governo justifique sua existência em virtude de ter sido no passado representativo da opinião popular, tendo de testar continuamente a sua representatividade.

A transição do regime de partido único para um regime democrático, se traduziu, entre outras coisas, por um renascer de uma sociedade civil, seus organismos vivos e agentes que na vigência do monopartidarismo teriam sido silenciados e sufocados pelo apetite autoritário do regime. Pois, a democracia tem que ter um critério de legitimação substancial na medida em que cultive e promova os direitos, liberdades e garantias fundamentais, não se contentando com meras proclamações vazias de conteúdo efectivo.

A participação efectiva dos cidadãos em relação aos assuntos públicos tornou-se significativa e concomitantemente a própria cidadania. Mas, apesar dela ter-se tornado significativa devemos ter em consideração que a prática democrática e consequentemente a própria cidadania nunca são obras perfeitas ou acabadas e que a sua realidade nunca é o reflexo fiel e completo do que está instituído nas leis, tornando-se necessário nesse caso que a sociedade civil se convença de que o avanço ou o recuo da prática democrática é responsabilidade sua, pois, os governantes podem sempre querer eliminar os pilares democráticos. Por isso, é nosso dever defender a nossa liberdade e os direitos fundamentais para que a consolidação das instituições e dos valores democráticos se tornem numa via primordial para garantir a estabilidade política necessária à busca da consolidação da democracia e da própria cidadania, fazendo com que todos tenhamos o dever de contribuir para que a nossa democracia funcione cada vez melhor.

BIBLIOGRAFIA

- **ARENDT**, Hannah, *A CONDIÇÃO HUMANA*, Tradução de Roberto Raposo, Editora FORENSE UNIVERSITÁRIA, Rio de Janeiro, 2000.
- **BOBBIO**, Norberto, *O FUTURO DA DEMOCRACIA-UMA DEFESA DAS REGRAS DO JOGO*, 6ª EDIÇÃO, Editora PAZ E TERRA, Rio de Janeiro, 1997.
- **DAHL**, A., Robert, *SOBRE A DEMOCRACIA*, Tradução de Beatriz Sidou, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- **ÉVORA**, Roselma, *CABO VERDE – A abertura política e a transição para a democracia*, Spleen Edições, Praia, 2004.
- **FERNANDES**, Gabriel, *EM BUSCA DA NAÇÃO – notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Editora da UFSC / Florianópolis, Brasil, 2006.
- **FONSECA**, Jorge Carlos, *O SISTEMA DE GOVERNO NA CONSTITUIÇÃO CABO-VERDIANA*, Lisboa, 1990.
- **LIMA**, Aristides, *REFORMA POLÍTICA em Cabo Verde – Do paternalismo à modernização do Estado*, Edição do autor, patrocinada pela Fundação Friedrich Ebert, Praia, s/d.
- **LOPES**, José vicente, *CABO VERDE – OS BASTIDORES DA INDEPENDÊNCIA*, Coleção “DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DE CABO VERDE”, PRAIA – MINDELO, 1996.
- **PEREIRA**, Aristides, *DISCURSOS*, Vol. I, Edição do Gabinete da Presidência da República, Praia – Cabo Verde, s/d.
- **PEREIRA**, Aristides, *O MEU TESTEMUNHO*, Lisboa: Editorial Noticias, 2003.
- **RAWLS**, John, *UMA TEORIA DA JUSTIÇA*, Martins Fontes, São paulo, 1997.
- _____, *A LEI DOS POVOS*, Quarteto Editora, Coimbra, 2000.
- **SANTOS**, S., Boaventura(org.), *DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA – Os Caminhos Da Democracia Participativa*, Editora CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, Rio de Janeiro, 2002.
- **TOUCHARD**, Jean, *HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS*, Vol. II, Publicações Europa-América, s/d.
- **VICTOR**, Henriques, **CABRITO**, Belmiro Gil, *INTRODUÇÃO à POLÍTICA*, vol. I, Texto Editora, Lisboa, 1990.

- **VIEIRA**, Liszt, *Os argonautas da cidadania – A sociedade civil na globalização*, Editora *RECORD*, Rio de Janeiro, 2001.
- **WEFFORT**, Francisco, *OS CLASSICOS DA POLITICA*, Editora Ática, São Paulo, 1997.

OUTROS DOCUMENTOS

- *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE*, 1980.
- *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE*, Assembleia Nacional, edição 2000, Praia.
- *Declaração Universal dos Direitos Humanos, Praia, 2007.*
- Obras escolhidas de Amílcar Cabral, *A PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA*, Vol. II.
- Partido Africano da Independência de Cabo Verde, Documentos do II Congresso, O Trabalho Ideológico do Partido, Ed. do DIP do PAICV, Novembro de 1983.
- Revista *DIREITO E CIDADANIA*, Nº1 – Julho/Outubro 1997.
- Revista *DIREITO E CIDADANIA*, Nº2 – Novembro 1997/Fevereiro 1998.
- Revista *DIREITO E CIDADANIA*, Nº3 – Março/Julho 1998.
- Revista *DIREITO E CIDADANIA*, Nº4 – Julho/Outubro 1998.
- Revista *DIREITO E CIDADANIA*, Nº5 – Novembro 1998/Fevereiro 1999.